TEMPO e PRESENÇA
Publicação de KOINONIA
314

Ação e mobilização

Cândido Grzybowski
Emir Sader
Ivone Gebara
Julia Esther Castro França
Lais Menezes
Leonardo Boff
Luiz Felippe de Oliveira Penna
Márcio A. M. Gualberto
Rogério Lannes Rocha
Romeu Olmar Klich
Zwinglio M. Dias

Ano 22 novembro/dezembro de 2000 R$ 3,00

Proposta do Comitê de Organização brasileiro

O Fórum Social Mundial será um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.

O Fórum Social Mundial será realizado todos os anos, a partir de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça, sempre no final de janeiro. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de 1.000 empresas multinacionais.

O espaço criado pelo Fórum Social Mundial estará voltado para a formulação de alternativas, para a troca de experiências e para a construção de articulações orgânicas, táticas e estratégicas, entre ONGs (Organizações Não Governamentais), movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas, em cada país e em nível continental e mundial. São essas organizações que enfrentarão o desafio de promover e financiar o Fórum Social Mundial. O resultado que dele se espera é a identificação de caminhos e propostas mobilizadoras para manifestações e ações concretas da sociedade civil.

O Comitê Brasil de Organização do Fórum Social Mundial convida todas as redes internacionais de ONGs, de sindicatos, de associações e de grupos de cidadãos de todos os países que compartilham desses objetivos a se unirem a esta iniciativa, constituindo um Comitê Internacional do Fórum Social Mundial.

O Comitê Brasil de Organização do Fórum Social Mundial espera de todos os representantes dessas redes das Américas, África, Ásia e Europa, que assumam o compromisso de contribuir decisivamente para a realização desse evento. Conclama igualmente os portadores de mandatos eletivos comprometidos com as causas populares em todos os continentes a se encontrarem em Porto Alegre, em janeiro próximo. O potencial da intervenção popular em todo o mundo visa hoje uma democracia participativa que renove a representativa.

O Fórum Social Mundial (FSM) se reunirá pela primeira vez em 2001, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, na mesma data em que ocorre o Fórum Econômico Mundial de Davos, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. As sessões do FSM terão lugar no Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC). O FSM compreenderá três tipos de atividade: i) uma série de sessões plenárias diárias com palestras e exposições de personalidades convidadas; ii) o maior número possível de encontros para apresentação de iniciativas em curso e troca de experiências; iii) reuniões de entrosamento e articulação entre organizações sociais que desenvolvem o mesmo tipo de luta.

Mais informações no site: http://www.forumsocialmundial.com.br ou pelo e-mail: forum@forumsocialmundial.org.br.

Um outro mundo é possível. Vamos construí-lo juntos.

Comitê organizador
ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ATTAC-BR – Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos
CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB
CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
CUT – Central Única dos Trabalhadores
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas
CJG – Centro de Justiça Global
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

TEMPO E PRESENÇA

Revista bimestral de KOINONIA
Novembro/dezembro de 2000
Ano 22 nº 314

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (21) 224-6713
Fax (21) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org
www.koinonia.org.br

CONSELHO EDITORIAL
Emir Sader
Francisco Catão
Maria Emília Lisboa Pacheco
Maria Luiza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes

CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jether Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR
José Bittencourt Filho

EDITORA ASSISTENTE E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Helena Costa
Mtb 18619

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA
Anita Slade

COPIDESQUE E REVISOR
Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Mara Lúcia Martins

CAPA
Foto Agência JB

PRODUÇÃO GRÁFICA
Roberto Dalmaso

FOTOLITOS
GR3

IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R$ 3,00

Assinatura anual
R$ 18,00

Assinatura de apoio
R$ 25,00

Assinatura/exterior
US$ 50,00

ISSN 0103-569X

SUMÁRIO

KOINONIA

Irmãos e patrícios por justiça 6

AÇÃO E MOBILIZAÇÃO

TEIMOSIA
O *empate* na questão agrária brasileira 7
Cândido Grzybowski

SAÍDAS
Desafios para os movimentos sociais 11
Emir Sader

CIDADANIA
Política sem políticos!... 14
Lais Menezes

HABITAÇÃO
Movimento de luta pela moradia e Estado 17
Julia Esther Castro França

TESTEMUNHO
Para uma nova abordagem dos direitos humanos 19
Romeu Olmar Klich e Márcio A. M. Gualberto

TEOLOGIA

Bruxas e feiticeiras 23
Ivone Gebara

ÉTICAS

Violência, mídia e sociedade no ônibus 174 26
Rogério Lannes Rocha

ELUCIDAÇÃO

Quem subverte o Concílio? 31
Leonardo Boff

INCULTURAÇÃO

O protestantismo nos Trópicos 34
Zwinglio M. Dias

MUNICIPALISMO

Ações do executivo esvaziam constituição 38
Luiz Felippe de Oliveira Penna

RUBEM ALVES

Duas estórias de Natal 41

O Estado brasileiro — voltado historicamente

para os interesses patrimoniais privados e minoritários — para qualquer movimento destinado a ensejar mudanças que impliquem no atual regime de acumulação de riquezas por parte dos mercados financeiros globalizados, tem atuado fazendo uso do seu aparato coercitivo, jurídico e policial. Em outras palavras, o combate à pobreza não tem sido tratado por meio de políticas de inclusão, mas sim por meio de formas de violência, supostamente legais. A opção tem sido criminalizar os movimentos sociais, a fim de desqualificar o discurso e as propostas transformadoras desses movimentos, cujo substrato é o clamor das camadas empobrecidas da população. Assim, classificam-se como 'desordem' as mais legítimas, democráticas e justas reivindicações de uma significativa parcela da sociedade brasileira.

O controle social estatal se sofistica, camuflando sua estratégia nos discursos jurídicos amplamente cobertos pela mídia do "pensamento único". O temor em relação às mudanças que se fazem urgentes, acaba desembocando no Direito Penal. Basta contar os julgamentos a que foi submetido o líder do Movimento dos Sem-Terra, José Rainha, em comparação aos criminosos que desviaram montanhas de dinheiro público e estão soltos em território nacional ou fora. Sem contar o volume de denúncias fundamentadas de corrupção que atingem diretamente a cúpula governamental sem que nenhuma medida efetiva seja tomada, a despeito dos apelos freqüentes de cidadãos e de instituições as mais respeitáveis.

Em face das disposições da Constituição-Cidadã de 1988 que garante os direitos fundamentais, como aceitar que apenas favelados, sem-teto, integrantes do MST e de outros movimentos sejam tratados como criminosos? O Estado, guardião por excelência da ordem jurídica constitucionalmente estipulada, tem sido o maior dos violadores dessa mesma ordem. Basta o exemplo das propaladas 'invasões' dos prédios públicos, construídos em sua suntuosidade com o trabalho e o dinheiro das massas trabalhadoras, em que o Presidente da República chegou a afirmar publicamente que "as instituições estavam ameaçadas", numa atitude digna do sr. Fujimori. Por acaso ele estava ameaçando o País com a suspensão dos direitos e garantias individuais? Os excessos que ocorreram, como depredação de patrimônio, só podem ser imputados aos indivíduos que as praticaram, nunca aos movimentos.

Portanto, a década em que a democracia formal parece ter sido garantida, paradoxalmente, é também aquela na qual o Governo se conduziu com particular truculência no tratamento das demandas sociais. Tanto a desqualificação das falas dissidentes, o que justifica não responder às críticas formuladas, quanto a violência física, tratada apenas como "excesso policial", ou, como resposta enérgica à ação dos "baderneiros", são moeda corrente nos diferentes escalões da administração pública. Basta recordar o triste episódio das comemorações dos 500 anos.

Assim, nesta edição, decidimos apresentar um painel reflexivo sobre a maneira como os movimentos sociais têm reagido às mudanças estruturais, qual perfil de atuação estão assumindo, e como tem se configurado a relação deles com o Estado brasileiro. Tudo isso sem deixar de renovar nossas esperanças, na oportunidade em que celebramos o tempo de Deus no tempo humano — o Natal.

Faça bom proveito!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia
(X) Cadastrado
(X) Processado

... "Perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores"...

CARTAS

Lembrando o primeiro aniversário de nós todas, nós todos sem Dom Hélder envio meu abraço carinhoso neste tempo de muitas mudanças, principalmente em São Paulo, quando o Povo vai aos poucos se livrando e se libertando de uma doença antiga "malufismo". Quando os cientistas e os laboratórios se juntam e querem o bem comum, encontra-se uma saída, um remédio eficaz, uma vacina para erradicar de vez o mal. Que bom que mais uma vez é uma MULHER que pare o NOVO no meio de nós! Marta e Maria se fundem em AMOR e fazem nascer uma ESPERANÇA, o SONHO e a UTOPIA novamente.

TEMPO E PRESENÇA, agradeço-lhe pela espera. Renovo aqui minhas esperanças para que continuem firmes na missão de bem informar a nós todos, a nós todas!

Antecipo felicitações para o novo milênio que se aproxima. Construiremos juntos uma humanidade mais terna e feliz. Acreditemos.

Lindalva de Jesus Macedo
Belo Horizonte/MG

Olá, há um tempo leio a TEMPO E PRESENÇA, publicação de que tenho orgulho; mais que isto, me alegra conhecer o trabalho da KOINONIA.

Escrevo, como leitora e admiradora do trabalho, para sugerir uma atenção sobre questões envolvendo a juventude. Muitos são os enfoques – do ponto de vista do diferencial que bandas musicais marcam dentro do contexto da globalização, através do seu trabalho mais voltado ao regional; ainda a existência precária de políticas públicas voltadas ao público cuja faixa etária vai dos 18 aos 26 anos; as novas formas de organização que movem as lutas juvenis, e as causas que a juventude tem abraçado. Muitas outras abordagens poderiam vir...

Sandra Raquew
Por e-mail

Na oportunidade da renovação da minha assinatura eu quero expressar toda a felicidade em fazer parte dessa família (pois é exatamente dessa forma que considero os leitores de TEMPO e PRESENÇA — uma verdadeira família).

Sou advogado e assessor nacional da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e os textos de TEMPO E PRESENÇA constituem-se em valiosíssimos subsídios na minha atuação pastoral e também profissional.

Por ser atemporal, quero completar a minha coleção com os seguintes números de TEMPO E PRESENÇA: nov/dez de 1996; jan/fev e mai/jun de 1998 e mar/abr de 2000.

Gabriel Martins de Oliveira
Paraíba/PB

Irmãos e patrícios por justiça

Fala-se muito da *globalização*, mas há muitas globalizações, que atuam sobre esferas diferentes de nossas vidas, com impactos de intensidade e qualidade igualmente diferentes, algumas delas contraditórias entre si. Ao lado da globalização dos mercados, dos gostos, desejos e hábitos, que nos submetem aos conglomerados de capital multinacional e a verdadeiras máquinas de produção de subjetividade, há também a globalização dos chamados Direitos Humanos.

Alessandra Tosta

Folia de Reis e de São Sebastião, comunidade de Barão de Vassouras, Vassouras/RJ

A partir da metade deste século, os direitos humanos deixaram de designar um conjunto utópico de assertivas sobre como deveria ser o mundo moderno, para operar como um *conceito catalisador* de lutas e aspirações, muitas delas até pouco tempo nem mesmo pensadas como objeto de "direitos". Esse é o caso dos direitos culturais ou, mais especificamente, dos direitos étnicos, que têm garantido a diferentes grupos sociais a possibilidade de defenderem suas formas particulares de comportamento, de educação, de crença, de organização social, enfim, suas formas de vida tradicional.

Os pressionados pelo impacto da experiência nazista e o 'aquecimento' da Guerra Fria levaram a que os tratados internacionais abandonassem o conceito clássico e iluminista de cultura – centrado nos 'patrimônios' monumentais e nas grandes civilizações – para adotar um conceito progressivamente próximo a uma definição propriamente antropológica. Esse deslocamento, incrementado pelas pressões advindas do processo de descolonização africana e asiática dos anos de 1960 e 1970, permitiu que as reivindicações daqueles povos, de usufruírem da 'modernidade' nos termos de suas próprias tradições, ganhassem uma tradução legal. Um importante tema da reflexão internacional sobre Direitos Humanos passa a ser justamente como fazer que as políticas culturais sejam integradas às estratégias de desenvolvimento nacionais.

Desde então uma série de tratados e recomendações internacionais tem tentado impor aos governos um padrão comum de respeito à diversidade sociocultural. Um marco desse esforço foi a *Convenção 169 da OIT* (1989). Ela aconselha os governos nacionais substituírem a tradicional orientação assimilacionista (presente também nas recomendações internacionais anteriores) pelo reconhecimento oficial das aspirações dos povos indígenas e tradicionais em assumirem o controle de suas próprias instituições e formas de vida e em manterem e fortalecerem suas identidades, línguas e religiões.

A metodologia pautada na idéia de 'ação cultural', sobre a qual se assentam as iniciativas de KOINONIA, pode ser lida justamente como uma manifestação dessa tendência de avanço dos direitos humanos, aplicada ao plano da militância ecumênica. Um dos princípios de nossa 'ação cultural' é justamente "sustentar uma perspectiva de longo prazo, no sentido de garantir núcleos históricos de resistência capazes de fomentar redes de integração comunitária; autonomia popular; focos de criação e reprodução de valores em contraposição à 'anomia' e ao consumismo".

A partir dessa perspectiva é que foi imaginado o projeto *Egbé – Territórios Negros*, tanto em sua face voltada para o trabalho com os Terreiros de Candomblé de Salvador, em funcionamento desde 1995, quanto naquela que a partir do início de 2000 voltou-se para o tema dos Agrupamentos Rurais de Negros dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

O *empate* na questão agrária brasileira

Cândido Grzybowski

O tolhimento da desenvoltura e do avanço das motosserras, das incursões do latifúndio, das expressões dominadoras, carrancudas e escravocratas dos da UDR (1/4 da representação no Congresso) são o 'empate' feito ideologia do momento. Há que se dizer não à continuidade dessa grande dívida social que este País acumulou. O 'empate' já possui seus mártires, bastantes para nos converterem a ele

Chico Mendes, o líder seringueiro do Acre assassinado em fins de 1988, tornou-se conhecido nacional e internacionalmente quando os *empates* que liderou diante das motosserras e dos *bulldozers* puseram em evidência a sistemática destruição da floresta amazônica para dar lugar a pastagens, recriando aí as bases do latifúndio pecuário que domina o país. Os *empates* mostraram ser uma forma bastante eficaz de resistência no campo, com novos sujeitos, numa das franjas mais violentas e recentemente conquistadas pela lógica da propriedade latifundiária da terra no Brasil. A idéia do *empate* é, talvez, uma das que melhor caracterizam o que se passou com a questão agrária brasileira, desde a Nova República e, em particular, nos anos de 1990. Sem dúvida, é necessário associar ao *empate* as fortes imagens dos acampamentos dos sem-terra, com suas lonas pretas, num verdadeiro impasse diante de proprietários armados, reintegrações de posse decididas pelo Judiciário, polícias violentas e assassinas, com governantes hesitantes quanto aos rumos a tomar. Estamos literalmente empatados, mudando aqui e acolá, mas ainda sem inverter a lógica socialmente excludente que está no centro da questão agrária.

A GRANDE DÍVIDA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A questão agrária parece existir simplesmente porque existe gente teimosa no campo lutando para conseguir terra para trabalhar e viver. Isto não deixa de ser uma grande verdade: são os movimentos sociais organizados que, com suas lutas, põem constantemente na agenda nacional a atualidade da questão agrária. Mas nestes tempos de hegemonia de um pensamento econômico reducionista, até entre pensadores de esquerda há os que vêem estas lutas e a questão agrária, que elas tornam presente, como algo não mais estratégico para o desenvolvimento democrático e sustentável do Brasil. Segundo eles, tendo a "modernização conservadora" criado um setor empresarial eficiente na agricultura e estando resolvida a produção de alimentos e de matérias-primas para a indústria, com boa contribuição para as exportações do País, a questão agrária não passa de uma mera questão social, que boas políticas compensatórias — como a criação de reservas camponesas, por que não? — não pudessem resolver.

Estamos, sem sombra de dúvidas, diante de uma das maiores dívidas sociais, seculares em sua persistência, da história brasileira. Os trabalhadores

A questão agrária parece existir simplesmente porque existe gente teimosa no campo lutando para conseguir terra para trabalhar e viver

rurais de hoje sofrem ainda e carregam um passado de escravidão, trabalho forçado, exploração e miséria, violência e morte, negação sistemática da cidadania e dos direitos, impostos pelos grandes proprietários para gerar riqueza. Isso com a conivência de toda a sociedade, que não pode ser nunca esquecida. No sentido mais profundamente político, eles, labutando na terra, são nossa certidão de nascimento. Sem as suas vidas provavelmente a história do País seria outra, ao menos até muito recentemente.

Reconhecer a dívida com os trabalhadores do campo não basta para ir às causas do problema. A dívida da sociedade brasileira com os que trabalham e vivem no campo não é apenas uma mera conseqüência indesejável do processo de conquista e desenvolvimento do Brasil, que nos coloca hoje entre as dez maiores economias do mundo. Foi uma das condições fundamentais de tal feito. Tal dívida social não se resgata com compensações. É a lógica de apropriação da terra e de estruturação das relações sociais, presente na base do processo de desenvolvimento da agricultura, que deve mudar radicalmente. Imediatamente se impõe uma evidência: é férrea a lógica de concentração da terra, exploração e exclusão social no campo brasileiro.

Mais do que estatísticas comprobatórias, importa ter claro que estamos diante de um poder latifundiário, poder com mil vidas e mil tentáculos, que em tudo penetra e sempre impõe a sua vontade. Alguém duvida disso? Pois bem, os latifundiários são quase um zero à esquerda em termos de população. No entanto, os "ruralistas" chegam a ser 1/4 do Congresso Nacional, verdadeiro poder de veto a toda mudança. Eles foram eleitos, sem dúvida. E isto é um dos aspectos mais graves, pois mostra o tamanho da mudança político-cultural que devemos promover nos grotões onde está o problema, como condição prévia da própria reforma agrária. O latifúndio não é uma mera propriedade da terra, é um sistema de domínio econômico, político e cultural, cobra lealdade e submissão de todos os que alcança.

OS SEM-TERRA ESVAZIARAM OS COM-MUITA-TERRA

É neste contexto que importa ver a *teimosia* dos movimentos sociais do campo e o *empate* que acabam gerando na atual conjuntura. A irrupção da luta social não é a mudança, mas condição dela. Onde existem movimentos sociais é a correlação de forças políticas que muda e, portanto, a possibilidade de mudar a estrutura agrária. Nunca é demais lembrar que pobre organizado faz uma enorme diferença na mudança da própria situação de pobreza. O fato de se organizar e participar da luta rompe com toda uma história de relações e, ao menos, *empata* a coisa, nem para lá e nem para cá. Estabelece-se um tecido social protetor e participativo, que liberta o trabalhador do binômio lealdade — favor aos "donos de gado e gente", que mata no nasce-

Carlos Carvalho

Os latifundiários são quase um zero à esquerda em termos de população. No entanto, os "ruralistas" chegam a ser ¼ do Congresso Nacional, verdadeiro poder de veto a toda mudança

douro a possibilidade mesma de conquista da cidadania.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dominou o cenário das lutas no campo da década de 1990 no Brasil. Tal hegemonia se expressou concretamente numa forma de luta que privilegia a ação direta, a "guerra de movimento" na expressão gramsciana, no lugar da negociação e do pacto. Ninguém duvida da capacidade do movimento de organizar ações espetaculares de ocupação de terra ou, agora, de repartições públicas quando menos se espera. Mover-se sempre parece ser um lema do MST.

Num primeiro momento, ainda nos anos de 1980, o movimento acabou provocando a organização e reação armada dos latifundiários, pela União Democrática Ruralista (UDR). Bastou, porém, *desinflar* a terra — um dos efeitos benéficos do Plano Real de estabilização — e acabar com o seu caráter de reserva real de valor para esvaziar em muito a UDR. Hoje, ela conta pouco. Isto não quer dizer que acabou a violência e a capacidade de matar dos latifundiários (muitos verdadeiros testas-de-ferro de grandes empresas e elites urbanas de fino trato), pelo contrário. Simplesmente esmaeceu uma organização fascista em sua concepção e prática, para o bem da democracia e de toda a sociedade brasileira, não somente dos sem-terra.

O MST cresceu e muito durante os anos de 1990. Seu maior feito não foi em si a reforma agrária, que está minguando até hoje. Foi, em meados da década, conquistar ampla aprovação da opinião pública brasileira para a sua luta. Atingia, assim, o alvo certo: a sociedade e suas maiorias, mostrando que a questão agrária é de todos. No contexto do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, que não duvidou em atropelar os que esbarravam no seu caminho e que, para se viabilizar, montou uma aliança de centro-direita — com os latifundiários, portanto —, o feito do MST não deixa de ser memorável. Basta aqui lembrar a verdadeira intransigência governamental sobre os petroleiros. Porém massacres indesejáveis alimentaram o clima favorável ao MST. Lembro aqui o de Corumbiara, em Rondônia, e o de Eldorado de Carajás, no Pará. Num movimento aguerrido como o MST, os mártires, infelizmente, alimentam a luta, o processo de *empate*.

VOZES E MOVIMENTOS OUTROS NO CAMPO

Apesar da notoriedade e presença na mídia, o MST está longe de representar toda a diversidade e a riqueza de movimentos existentes no campo brasileiro. Por força de seu próprio crescimento, o MST criou as suas dissidências. Localizados, sem fazer sombra à matriz comum em termos de organização e capacidade de luta, os movimentos que não mais seguem o MST não podem ser ignorados lá onde atuam, no oeste de Minas Gerais ou em Rondônia, por exemplo. Mas a grande força social que disputa hegemonia com o MST é o movimento sindical rural em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Trata-se de um estrutura pesada, presente na maioria dos municípios brasileiros, que agrega mais agricultores familiares e trabalhadores assalariados. Sua bandeira central hoje é a agricultura familiar — aquilo que os que lutam por reforma agrária querem ser.

Apesar de lutas e divisões internas, a Contag manteve uma identidade combativa para fora que nenhuma das outras grandes confederações de trabalhadores conseguiu. Mais, a Contag superou o impasse interno e filiou-se à Central Única dos Trabalhadores, demarcando sua posição mais claramente. O mais notável feito da Contag após 1990 foi a série do mobilizações "Grito da Terra", conquistando em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Pela primeira vez no País se criava um programa público especialmente voltado para os agricultores familiares. Esse fato, também, está contribuindo enormemente para o *empate* na questão agrária.

O Movimento dos Seringueiros e seu irmão gêmeo dos Povos da Floresta não acabaram, mas perderam muito de seu rumo com a morte de Chico Mendes. Também o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) perdeu fôlego em razão mesmo de sua existência, as barragens hidroelétricas, obras que pararam ou diminuíram muito devido à crise e reestruturação do Estado. Outros movimentos surgiram,

Massacres indesejáveis alimentaram o clima favorável ao MST. Num movimento aguerrido como o MST, os mártires, infelizmente, alimentam a luta, o processo de *empate*

como o Movimento da Pequena Agricultura (MPA) no oeste dos estados da Região Sul, mesmo berço dos sem-terra. Mas a maior novidade, ainda pouco noticiada e analisada, foi produzida pelas mulheres trabalhadoras rurais. Hoje existem diferentes movimentos de mulheres do campo reivindicando espaço nas organizações criadas por homens e na política. Claro, criando seus próprios movimentos e mostrando a sua força. Isto vai das 'quebradeiras de coco', no Norte, às 'mulheres trabalhadoras rurais', da Região Sul. Neste sentido, a multiplicidade de movimentos e sua generalização está no centro da própria centralidade que a questão agrária assumiu na década de 1990. A mudança mais significativa no âmbito dos próprios movimentos foi buscar organicidade e maior capacidade de intervenção na grande política, superando o localismo em que nascem as lutas sociais. Isto num contexto macro bastante adverso aos movimentos sociais.

O clima de *empate* na conjuntura advém, em grande parte, da forma reativa com que vem se comportando o governo federal. Um ministério voltado para a reforma agrária foi arrancado do governo Fernando Henrique Cardoso. Não estava na sua estratégia. Dada a comoção com o massacre dos sem-terra em Eldorado de Carajás, o governo voltou a recriar um ministério que já tinha sido criado na redemocatização, em 1985, e depois extinto. E levou tempo, muito tempo, para que o Ministério Extraordinário de Reforma Agrária virasse o atual Ministério de Desenvolvimento Agrário, juntando a reforma agrária e o que ela mais cria, quando funciona, agricultores familiares. A verdade seja dita, nunca se desapropriou tanto e se assentou tanto como neste governo. Mas é pouco, muitíssimo pouco. Afinal, o que são 200 mil famílias assentadas em quinze anos, na contabilidade do MST, ou 400 mil famílias, como afirma o ministro Jungman? As duas cifras são pequenas diante do problema. A necessidade é de mais de dois milhões de famílias assentadas num curto período simplesmente para sinalizar que a lógica de concentração e exclusão foi rompida. Para que o desenvolvimento da agricultura brasileira seja democrático e sustentável, o programa de reforma agrária é pequeno. Nem conseguiu compensar as famílias que no mesmo período perderam suas terras e migraram em busca de melhor sorte.

Os ingredientes do *empate*, a bem da verdade, são bem mais complexos. A macropolítica econômica foi totalmente desfavorável à agricultura. A âncora verde foi fundamental como a âncora cambial na estabilização da moeda. Isso, por um lado, desvalorizou a terra e quebrou resistências à desapropriação. Até criou um movimento — como sendo bom negócio — pró-desapropriação dos latifundiários, pasmem! Mas desestabilizou profundamente a agricultura familiar, principal, mas ainda marginal forma de inserção econômica, política e cultural no campo brasileiro. Assim, é pela via política que se constrói a questão agrária na sociedade brasileira. O ousado gesto do ministro Jungman, anulando os cadastros de propriedade de todos os latifúndios de mais de dez mil hectares que não conseguiram provar a validade de seus títulos, deve ser louvado. E visto como sinal de que algo mudou para valer em termos de questão agrária. Mas o esforço sistemático de desacreditar o MST e todos os que lutam por terra, com amplo eco na mídia, só alimenta um impasse e a não-implementação de um radical programa de reforma agrária, uma das maiores e mais urgentes necessidades do Brasil para reencontrar-se com sua gente simples — consigo mesma. Um novo surto de desenvolvimento, desta vez democrático e sustentável, garantidor da cidadania e dos direitos humanos, só teremos se com coragem enfrentarmos a questão agrária. Aí sim, *desempataremos* a favor da democracia.

Cândido Grzybowski, sociólogo, diretor do IBASE.

Desafios para os movimentos sociais

Emir Sader

A partir da constatação do enfraquecimento do movimento sindical, das "minorias políticas", da estrutura familiar e de outros, o texto analisa as estratégias do MST, que chegam a provocar falsas preocupações sociais por parte do governo, para discernir as novas possibilidades do movimento social com o firme propósito de "sair do neoliberalismo"

AS NOVAS CONDIÇÕES DE LUTA

As transformações ocorridas ao longo do decênio 1990 submeteram os movimentos sociais a novos desafios. Depois do surgimento delas e da consolidação inicial, as transformações econômicas, sociais e políticas da época modificaram as condições de seu surgimento. Dentre os novos desafios, devem ser destacados:

a) Nova configuração do Estado, penetrado profundamente pela lógica da financeirização, o que fortaleceu o seu braço privatizante às custas da sua dimensão pública.

b) Fragmentação acentuada da sociedade, com a aceleração da informalidade nas relações de trabalho.

c) Debilitamento dos movimentos organizados e o enfraquecimento das formas coletivas de representação social e política.

d) Avanço das ideologias liberais da competição e do individualismo, com prejuízo para a confiança nas soluções coletivas e políticas.

Esses fenômenos modificaram, de forma negativa, as condições em que atuam os movimentos sociais, fazendo com que, no seu conjunto, a década tenha sido de relativa regressão para as forças vitimadas pelo neoliberalismo. A correlação global de forças, assim como a dos planos específicos — econômico, social, político, ideológico — se moveu a favor das elites dominantes e, em particular, da fração financeira do grande capital.

O movimento sindical sofreu diretamente a diminuição absoluta do número de trabalhadores na economia formal e, portanto, em condições de serem organizados por suas estruturas. Além disso, o aumento do desemprego, assim como a extensão e consolidação das áreas de economia informal, enfraqueceram a capacidade reivindicativa dos sindicatos, que privilegiaram a defesa — defensiva — do emprego à dos salários. O grosso das greves se deu no setor estatal, em movimentos muito difíceis, que em regra geral não conseguiram obter suas reivindicações. Apenas os trabalhadores de setores de ponta da economia lograram obter aumentos de salário, ainda que abaixo da inflação, mas acentuou-se, para o conjunto dos trabalhadores, a deterioração do seu poder aquisitivo.

Os movimentos sociais vinculados às chamadas "minorias políticas" — maiorias sociais, com menos direitos reconhecidos — sofreram também diretamente os efeitos do enfraquecimento das políticas sociais e da ideologia individualista. O desemprego afetou mais diretamente as mulheres que, além disso, sofreram a falta de apoio pela menor atuação governamental no amparo social às trabalhadoras.

Como um dos componentes da crise social, enfraqueceu-se mais ainda a estrutura familiar, chegando a cifras altas a proporção de famílias em que a mulher se encarrega sozinha dos filhos. Somando-se a isso a deterioração da qualidade das escolas, a insegurança no emprego e a ausência de lazer para os jovens pobres, os problemas de sobrevivência passaram a absorver mais as mulheres em suas energias cotidianas.

Da mesma forma, a crise social, com as repercussões no plano da segurança pública, pelo aumento da violência, assim como as dificuldades estruturais numa sociedade que relega os negros à condição de oprimidos e discriminados, dificulta ainda mais as condições do movimento negro. Algo similar acontece aos movimentos dos indígenas e dos homossexuais, com a retração da ação do Estado.

O consenso hegemônico imposto na década de 1990, que fez com que a sociedade brasileira tivesse escolhido a estabilidade monetária como seu objetivo mais importante, se esgota

É consenso que o movimento que conseguiu adequar-se às novas condições de luta foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apoiando-se numa ação bem organizada na base e na falta da democratização do acesso à terra, o Movimento conseguiu uma forma de inserção que superou os dilemas entre ser um sindicato ou um partido, atuando como força econômico-social e político-ideológica, valendo-se de reivindicações legais e da luta institucional, mas ao mesmo tempo usando pressões de massa, sem respeito às normas legais, como é o caso das ocupações, seja de terras, seja de edifícios estatais.

Trata-se, no entanto, de uma luta que, estando fundada na reivindicação da terra, não pode ser generalizada de forma imediata para outros setores. A terra permite a ocupação, a luta pela legalização e, uma vez institucionalizada, a organização da comunidade, com estrutura produtiva e sistema educacional. Porém, a metodologia de ação deve permitir tirar conseqüências para outros setores, a começar pela capacidade de iniciativa, pelo uso concomitante dos espaços legais e de ações antiinstitucionais.

ENFRENTAR OS DESAFIOS

O consenso hegemônico imposto na década de 1990, que fez com que a

Calicut

CEAP DIVULGA PESQUISA SOBRE RACISMO NO RIO DE JANEIRO

O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – Ceap (RJ), em parceria com a empresa DataUff, e com o apoio da Fundação Ford, recentemente divulgou resultado da pesquisa sobre relações raciais, realizada no Rio de Janeiro. A pesquisa foi feita por amostragem, nos 41 municípios do Estado, e foram entrevistadas 1.172 pessoas, entre negros, pardos, brancos, amarelos e índios, de 18 a 60 anos.

A primeira constatação do trabalho foi a confirmação do "racismo inconsciente". Entre as pessoas ouvidas, 94% afirmaram que existe preconceito contra negros, porém, 87% garantem que não são preconceituosas e apenas 12% assumiram ter algum tipo de preconceito.

AÇÕES AFIRMATIVAS

Em relação às ações afirmativas, 50% consideram que o governo deve "obrigação especial" aos negros por causa da herança escravista e da discriminação ao longo dos anos, e 47% posicionaram-se contrários a esta prática. Especificamente em relação à reserva de vagas para bons empregos aos negros, 58% dos entrevistados afirmaram ser favoráveis e 40% contrários. Já a idéia de reservar vagas em universidades públicas para os negros foi aceita por 55% da população e rejeitada por 44%.

O Ceap chama a atenção para a resistência da "elite intelectual branca" em relação às ações afirmativas. Entre os entrevistados que tinham curso superior, 93% afirmaram ser contrários à reserva de vagas nas universidades e apenas 7% a favor. Para os bons empregos, 87% são contra a reserva de vagas e 13% favoráveis.

JUSTIÇA

Sobre a pena de 1 a 3 anos de prisão para quem comete crime de racismo, 59% dos entrevistados consideram a pena justa e 20% responderam que é leve.

Para aferir as categorias que descrevem a cor ou a raça da população, a pesquisa apresentou os itens utilizados pelo IBGE, acrescidos de outros, como a denominação "moreno". A conclusão é que a categoria "negro" é mais aceita que a "preto", escolhidas respectivamente por 10% e 3% da população. No geral, 30% definiram-se como morenos, 28% como brancos e 16% pardos. Entre os que se consideram morenos, a maioria seria considerada branca pelo IBGE.

RESULTADOS

Para o Ceap, ONG que há 11 anos trabalha com questões referentes ao preconceito racial no Brasil, além de esta pesquisa respaldar os programas institucionais, ela poderá ser transformada em estudos que orientem políticas públicas de ações afirmativas para a promoção da igualdade de oportunidades entre as pessoas.

Mais informações pelo e-mail comuni@uol.com.br ou pelo telefone (21) 509 4413; fax (21) 509 2700.

sociedade brasileira tivesse escolhido a estabilidade monetária como seu objetivo mais importante, se esgota. A partir das eleições municipais, as atenções políticas se voltam para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso. Isto altera um tanto as condições existentes até aqui.

Em primeiro lugar, enfraquece-se o governo, porque sua coesão interna passa a pagar um preço às diferenças internas do bloco dominante, buscando cada um afirmar sua força própria em detrimento da unidade interna. As reivindicações sociais — como se vê na luta pelo salário mínimo — podem obter apoios de partidos ou setores de partidos governistas, favorecendo a obtenção de resultados positivos para os movimentos de reivindicação.

Por outro lado, o próprio governo federal altera um pouco o tom do seu discurso, buscando recuperar o prestígio abalado, e assumindo uma suposta preocupação social. Diante disso, tem necessariamente que ser menos inflexível diante das reivindicações dos trabalhadores, debilitando a rigidez do ajuste fiscal e abrindo espaço para vitórias de movimentos populares.

A capacidade do movimento social de recuperar iniciativa depende, antes de tudo, de uma postura política de combate às políticas governamentais

Isso tudo, no entanto não garante possibilidades novas para o movimento social. Sua capacidade de recuperar iniciativa depende, antes de tudo, de uma postura política de combate às políticas governamentais. Esse combate, porém, depende da sensibilidade para compreender as condições concretas de luta de cada setor, definir objetivos realistas e, ao mesmo tempo, suficientemente profundos para se constituírem em elementos de crítica radical do sistema de exploração e de dominação vigente — o que a luta pela terra representa para o MST.

Temas como os da plataforma de luta, do enganche das reivindicações setoriais com propostas para um programa de emergência através do qual o País possa sair do neoliberalismo e a formação de quadros são três dos temas essenciais para que os movimentos sociais brasileiros se coloquem à altura da profundidade da crise social por que passa o País e pela radicalidade das soluções que essa crise requer.

Emir Sader, sociólogo e pesquisador.

Política sem políticos!...

Lais Menezes

A sociedade brasileira revela-se eficiente porque o social pôde ser algemado à economia o que empresta ao social, neste momento, a pecha de estar carente. Entretanto, expressões concretas de "movimentos", "fóruns", "coletivos", manifestações vivas de muitas organizações e instituições sociais constitutem esperanças, até algumas certezas, de uma sociedade civil que vai suprindo as defecções de políticos. É o processo democrático fervilhante

Sociedade civil é uma nomeação banalizada nos tempos atuais, citada com uma freqüência desgastante no discurso governamental e não governamental e em falas da esquerda e da direita. O sentido e o significado não são muito exatos dando a entender porém, que de repente a sociedade ganhou força total em nosso país.

O Banco Mundial, por exemplo, agrega em sua estrutura burocrática, assim nomeados, "especialistas em sociedade civil". O BID exige a realização de audiências públicas como mecanismo de incorporação e participação da sociedade civil no processo de aprovação de financiamentos. Os programas de governo nas diferentes esferas destacam a necessidade de promover parcerias com a sociedade civil. E, no campo das organizações não-governamentais (ONGs), é comum a afirmação do papel de mediadoras em prol da sociedade civil.

A sociedade civil acaba sendo o Brasil inteiro. Mas será que o Brasil cabe na sociedade civil? Ou dizendo de outra forma, essa simplificação ajuda ou atrapalha? O superdimensionamento da sociedade relaciona-se com a atrofia do Estado, cada vez menos social? ou mesmo com a crença de realizarmos uma política sem políticos?

Renato Janine *(A sociedade contra o social)* desenvolve a idéia de que o discurso imperante no País transmite, implícita ou subliminarmente, a convicção de que a sociedade é ativa como economia e passiva como vida social. Ou seja, a condensação de uma cisão entre o social e a sociedade e uma subordinação da vida social à econômica emprestaria ao social o sentido de carência, enquanto que à sociedade, o de eficiência.

Analisando *O Brasil pela novela,* o autor nos fala do folhetim *Fera Ferida*, em exibição nos anos de 1993 e 1994 (às vésperas do plano Real), quando é retratada uma cidade absolutamente impregnada pela corrupção, em uma clara alusão ao País. O lugarejo acaba destruído pelos vícios de seus políticos para ser reconstruído pelas virtudes de seus cidadãos, de sua sociedade. A coisa pública, porém, continuaria presa aos velhos padrões de demagogia e corrupção. Janine alerta que não se trataria de "denunciar a novela" mas de vê-la como sintoma de que os brasileiros enxergam sua política como uma dimensão alienada, sobre a qual não têm controle: "imaginam que seja possível conduzir a sociedade sem política".

E em tempos de globalização parece ficar mais evidente e pertinente a separação entre sociedade e social. É importante lembrar que, por imposição do mercado internacional globalizado, as políticas econômicas foram e estão sendo direcionadas ao controle inflacionário e ao pagamento da dívida externa. A 'sociedade' é quem sai prejudicada na medida em que nunca se assistiu a um corte tão espetacular nos gastos sociais. A superação das desigualdades sociais estruturais de nossa sociedade ainda ficou mais longínqua e a década de 1990 registrou a menor taxa de crescimento do País.

A SOCIEDADE CIVIL PLANETÁRIA CONECTADA ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

Voltando à sociedade civil, agora também planetária, em recente publicação, o Banco Mundial, avaliando a experiência de financiamento ao Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro), revela que um novo fato decorrente da globalização foi desta-

J.R. Ripper

Seringueiros exigem participar da formulação de políticas ambientais

cado: a ação sem fronteiras das organizações governamentais e não-governamentais, do Sul e do Norte, em prol da conservação do meio ambiente. Esse 'neointernacionalismo' justificaria a adesão a uma agenda comum e, legitimaria o decisivo apoio à criação do Fórum das ONGs de Rondônia por ONGs internacionais como o WWF e a OXFAM/UK.

É inegável, e razoavelmente debatida, a importância dos condicionamentos ambientais e sociais do Banco Mundial e de organismos multilaterais de financiamento na construção de uma agenda ambiental governamental brasileira e na criação, por exemplo, de políticas de reassentamento para os atingidos por barragens, reservas extrativistas, demarcação das terras indígenas. Mas o que é pouco destacado é a existência de condicionantes colocados por uma agenda ambiental das ONGs dos países do Norte. Como essa influência teve desdobramentos em formas de organização consideradas 'novas' em nossa realidade política como, por exemplo, os 'fóruns'?

> O superdimensionamento da sociedade realaciona-se com a atrofia do Estado, cada vez menos social? ou mesmo com a crença de realizarmos uma política sem políticos?

Ao final da década de 1980 e início dos anos de 1990 fomos instados a olhar para os movimentos sociais e em especial o ambientalismo e reconhecer o surgimento de formas associativas que apresentavam novos modos de organização, diferentes das formas usuais de representação como os 'movimentos', os 'fóruns', os 'coletivos'.

Afirmava-se, então, que a questão ambiental, eleita como uma espécie de eixo político em especial na Amazônia, serviria à afirmação de novas identidades de grupos políticos, religiosos, étnicos e de gênero, como um dos pontos principais de argumentação na articulação de movimentos organizados da sociedade.

Assim, o ambientalismo, ao afirmar a necessidade da manutenção e preservação da biodiversidade, a eqüidade entre os seres vivos e o compromisso ético com as presentes e futuras gerações quanto ao equilíbrio entre o meio ambiente/desenvolvimento, despertava a afirmação das diferenças, de um movimento contra a homogeneização. Em resumo, a valorização de um projeto ético-político a partir da necessidade de respeito e atenção à diversidade sociocultural e política existente como um pressuposto básico de qualquer intenção de políticas que, considerando as diferenças, seria capaz de unificá-las democraticamente.

Uma corrente de pensamento que iluminou o debate naqueles dias afirmava que o ressurgimento de movimentos sociais, possibilitados por situações de conflito, teria, como elementos básicos de formação e composição de laços solidários e de identidades, a reação à aplicação de políticas públicas. O poder nivelador da ação do Estado uniformizaria as ações políticas de grupos sociais heterogêneos do ponto de vista econômico, que não representavam categorias profissionais ou segmentos de classes, com o surgimento de movimentos como, por exemplo, os 'povos da floresta' e os 'atingidos por barragens'. 'Povos

da floresta' (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, catadores de coco, pescadores artesanais e comunidades indígenas) era a denominação de um movimento que lutava em várias frentes contra a política de ocupação da Amazônia: contra a política energética, de transportes, de mineradoras, agrícola e agrária.

A IDENTIDADE LOCAL

Com presteza uma parcela dos povos da floresta, as auto-intituladas 'populações tradicionais' afirmaram a sua importância como detentoras de práticas sustentáveis em relação ao meio ambiente. Sem dúvida o termo 'populações tradicionais' encerra, atualmente, um acirrado debate. A caracterização delas como intrinsecamente conservacionistas é indefensável e suas práticas caminham cada vez mais no sentido de descaracterizá-las como tal. A exemplo das comunidades indígenas que passaram a lançar mão da exploração de seus recursos naturais (madeira, extração de ouro), as 'tradicionais' também têm feito um uso indiscriminado dos recursos de flora e fauna de seus territórios. Não é nosso objetivo efetuar o debate sobre a nomeação, a nosso ver equivocada desde o início, mas acentuar a inconsistência dessa manutenção.

Argumentando que as comunidades extrativistas (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, catadores de coco, pescadores artesanais) contribuíram e foram as principais responsáveis pela preservação de grande parte dos recursos renováveis, suas representações recém-criadas passaram a exigir participação na formulação das políticas ambientais em especial no tocante ao estabelecimento de unidades de conservação. O que, dito de outra forma, significava propor que as populações locais fossem consideradas como parte integrante (e interessada) das políticas de ordenamento territorial, e que a conceituação oficial não fosse orientada estritamente por critérios naturais.

> No início dos anos de 1990 fomos levados a reconhecer o surgimento de formas associativas que apresentavam novos modos de organização, diferentes das formas usuais de representação

Mas um analista mais avisado diria que, em se tratando de uma estratégia política ante um Estado autoritário, toda e qualquer mobilização e criação de identidades para alcançar seus objetivos era válida. Contudo é importante ressaltar qual era a polarização no momento e que de certa forma privilegiou a possibilidade de sucesso dessa identidade. Ou seja, uma agenda preservacionista, em sentido restrito, estava sendo construída e em sua oposição, e vencedora, o que chamo de uma agenda socioambiental. Explicando melhor: manter a natureza preservada dos efeitos desenvolvimentistas *versus* utilização racional dos recursos naturais.

Assim, para além de identidades construídas diante do poder nivelador do Estado, o sucesso da estratégia dos povos da floresta ao realçarem o seu caráter absolutamente idealizado de guardiães da floresta foi compreender a pertinência dessa identidade ante as premissas dos 'socioambientalistas'. Não por acaso, na Rio 92, para desespero dos preservacionistas, o desenvolvimento sustentável e o socioambientalismo triunfaram.

O esgotamento do projeto de ocupação da Amazônia levado a termo pelos governos militares ressaltou com nitidez essa polêmica entre o ambiental e o social. Ultrapassada a aparente concordância de idéias por parte do governo federal (nem tanto dos estaduais), de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização das Nações Unidas (ONU) e, ainda, de parcelas da sociedade civil brasileira e internacional, evidenciou-se a conformação de um campo político que encerrava disputas na concepção e na condução das políticas de desenvolvimento e, conseqüentemente na ocupação do espaço amazônico. Parte da atuação desses novos movimentos diante das políticas públicas teve como pressuposto legítimo e relevante a idéia de que uma forte intervenção do Banco Mundial (e do BID, em menor escala na região), resultaria em melhorias de uma política ou de um projeto de governo no sentido de atender aos seus interesses

Finalizando acrescentamos que, para além de buscar novos nomes devemos perceber que as organizações sociais têm buscado ampliar o escopo de sua atuação, incluindo novas temáticas e que o que está em jogo é o aprofundamento do processo democrático e a consolidação da cidadania.

Lais Menezes, economista e doutoranda em História na UFF.

SEMPRE A DÍVIDA

De acordo com levantamento efetuado pelo INESC, do total do orçamento anual de 1999, cerca de um trilhão de reais, 785 bilhões foram destinados ao refinanciamento e serviço das dívidas externa e interna. Isto significou que 78% do orçamento da União estiveram comprometidos com a dívida pública sendo que apenas 22% foram empregados em investimentos e custeio.

Movimento de luta pela moradia e Estado

Julia Esther Castro França

Um informe bastante detalhado do que têm sido as lutas por moradia, dos motivos das invasões. Na falta de uma política habitacional, quando é certo que os poucos investimentos apenas se fazem sob pressão, propugna-se a exigência de participação popular para que o Movimento seja, de fato, movimento

UM BREVE HISTÓRICO

Os movimentos de moradia não surgiram na década de 1990, mas se caracterizam como movimentos organizados em âmbito municipal, estadual, regional e nacional nesse período, muito provavelmente como conseqüência do desgaste dos movimentos comunitários. Estes em grande parte esgotaram suas formas de atuação limitando-se às reivindicações localizadas e não atentaram para a demanda habitacional das cidades. Deu-se isso também em função da total ausência do Estado com relação a políticas urbanas. Eis por que a coleta de assinaturas para a emenda constitucional relacionada com esse capítulo da reforma urbana, veio a influenciar e muito na caracterização dos movimentos de moradia espalhados pelo País.

Até o início da década passada, os movimentos de moradia apresentavam suas reivindicações ao Palácio do Planalto por intermédio de caravanas que partiam de diversos estados, mobilizados seja pelas federações de associações de bairro estaduais, seja pelas pastorais. Estas mobilizações incentivaram a criação de dois movimentos de moradia: um que se articula a partir da luta pelo financiamento para os programas de mutirão, movimento este que já atuava em São Paulo, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP); e um outro que se articula a partir das ocupações urbanas, com presença em grande parte dos estados, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

Aqui vamos nos reportar mais especificamente a este último, o MNLM, cuja forma de organização parte dos movimentos locais articulados no âmbito municipal e/ou estadual, constitui uma coordenação e executiva nacional com representações dos estados. A composição do Movimento é bastante heterogênea, e demonstra quão plural é a luta pela moradia. Participam moradores de áreas de posse (ocupações), moradores de favelas, moradores de conjuntos habitacionais em situação irregular, moradores de rua, inquilinos e mutirantes. Hoje o Movimento está articulado em dezoito estados, com uma secretaria nacional sediada em Contagem (MG).

OS DESAFIOS DIANTE DA LUTA INSTITUCIONAL

A ação dos movimentos de moradia em relação à luta institucional se diferencia da ação do movimento sindical, tanto pela forma de organização de sua base social, quanto pelo caráter de suas reivindicações. Isto se traduz de maneira diferenciada na relação com o Estado, mas não significa que a ação do Estado relativa ao movimento sindical e popular seja diferente. Pode-se afirmar que a primeira experiência neste campo se deu na elaboração do projeto de lei de iniciativa popular que institui o Fundo Nacional de Moradia Popular. Além da coleta de assinaturas, 850 mil, os movimentos também se envolvem em um longo processo de negociação com o Congresso Nacional. E foi exatamente esta experiência que levou os dirigentes do Movimento a realizarem um amplo debate sobre a intervenção na luta institucional, pois, para alguns, isto poderia representar a perda do seu caráter combativo e para outros, era uma participação salutar, porém exigiria maior investimento tanto na capacitação técnica, quanto política que compreendia aliar a luta orgânica à luta institucional.

Além do próprio debate interno, corria com freqüência a afirmação de que os movimentos sociais passavam por uma crise. Tal afirmação tinha sua origem no conceito de que sem grandes mobilizações não há movimento, assim sem as greves, as passeatas, enfim, sem uma ação de visibilidade, não há movimento, pois é na sua capacidade de mobilização e reivindicação que está sua capacidade de transformação.

De fato as mudanças que se iniciaram na década de 1980 e se completaram nos anos de 1990, geraram fortes transformações nos movimentos, desde a ação mobilizadora à sua forma de estruturação. Como lidar com um Estado que, ao mesmo tempo, oprime e formaliza espaços de participação popular, como, por exemplo, os conselhos de habitação, e está cada vez mais distante de cumprir seu papel de promotor e executor de políticas sociais? Por sua vez os movimentos se vêem diante do desafio de qualificar as ações, seja pela capacitação de seus quadros, pela adoção do planejamento estratégico não tão comum entre os movimentos populares, seja pela participação em fóruns e redes que possibilitem o fortalecimento de suas ações. Foi neste contexto que o Movimento Nacional de Luta pela Moradia se constituiu como uma articulação nacional dos movimentos por moradia, adotando como eixo a luta pela reforma urbana e moradia digna.

Como aliar a luta política, a luta institucional, como garantir uma intervenção vitoriosa sem perder o caráter mobilizador, dinâmico, e sem se institucionalizar? Estas são questões que continuamente permeiam os debates do Movimento nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

OS LIMITES E OS AVANÇOS

A participação do Movimento Nacional no Fórum Nacional de Habitação (1992/1994) constituído de participantes do poder público (parlamentares, secretários de Estado, banco estatal) do setor privado e de movimentos sociais, e promovido para debater os projetos de lei que tratavam da política habitacional, demonstrou que a relação tanto com o Estado como com o setor privado exigiria investimentos além dos disponíveis naquela ocasião. Coube ao movimento superar suas limitações e investir num processo que, a princípio, poderia colaborar com a tramitação de um projeto de lei que beneficiasse as famílias de baixa renda. A tarefa era transformar este debate até então centrado no congresso, em um amplo debate nacional, envolvendo os movimentos locais. Isto foi possível pela mobilização com vistas a elaborar e apresentar projetos de lei que constituíssem os conselhos e fundos municipais de habitação. Isso, contudo, ainda não seria suficiente para garantir a aprovação e a aplicabilidade dos projetos de lei.

Desta forma, pensou-se uma dinâmica que aliasse o rico processo de proposição à mobilização social, daí se criou o Dia Nacional de Ocupação, em 1996, no decorrer da realização da Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos – HABITAT II. Nesse período foram realizadas ocupações em treze capitais, envolvendo 15.000 famílias, com o objetivo de denunciar a ausência de uma política habitacional e de pressionar para que os projetos de interesse popular fossem aprovados. A partir de 1996 a temática habitacional deixa de ser pauta de poucos governos locais e assume um lugar de destaque na mídia. Infelizmente o governo federal agiu de forma contrária aos compromissos assumidos anteriormente, aniquilou todo o processo de discussão que se iniciou em 1992, e manteve a política de elaborar e aplicar programas pontuais e fracassados de habitação, com o agravante de não destinar recursos orçamentários para o setor, utilizando-se tão-somente de recursos advindos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e dos Fundos de Pensão, isto é, recursos do próprio trabalhador.

Com a total ausência de uma política que atenda as famílias de baixa renda, as conseqüências ficam para os municípios e estados com o aumento das ocupações de áreas públicas ou privadas, organizadas ou espontâneas, de conjuntos habitacionais, e o alto índice de mutuários inadimplentes. Pode-se dizer, então, que a relação ocorre de maneira direta com os governos municipais e estaduais? Sim, mas isto não significa afirmar que seja mais democrática — ocupação gera conflito, e sempre é tratada como uma questão policial e não social —, nem tampouco afirmar que há empenho em destinar recursos para este setor. Os investimentos ocorrem na medida em que há pressão, há demonstração de que este é um desejo da população e uma demanda da cidade.

A adoção de práticas e políticas sociais se concentra na sua grande maioria nos municípios e estados cujos orçamentos são definidos pela participação popular, isto porque é possível colocar a habitação como uma prioridade para a população e para os governos, e finalmente para a cidade.

Hoje esta temática ganha corpo graças às lutas cotidianas dos moradores de rua, dos inquilinos, dos mutuários, dos favelados, dos posseiros, dos mutirantes, enfim de todos os que lutam por condições justas e saudáveis de habitabilidade, embora ainda seja necessário tornar-se caso de polícia para demonstrar à sociedade e ao Estado que existe essa dívida social.

Pode-se tirar como lição portanto, que a luta institucional é valiosa e muito se apreende, sem a retaguarda, contudo, da mobilização, da organização, o movimento corre o risco de perder a sua mais valiosa característica, a mobilidade, seu dinamismo, sua capacidade de encontrar respostas originais para enfrentar as diferenças e cumprir seu papel de agente transformador, ou melhor de agente estratégico na luta social.

Júlia Esther Castro França, militante do Movimento e coordenadora executiva do Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas e Parceiros no Brasil.

Para uma nova abordagem dos direitos humanos

Romeu Olmar Klich e Márcio A. M. Gualberto

Uma comissão de brasileiros dedicou-se a levantar práticas atinentes ao cumprimento ou não de direitos econômicos, sociais e também culturais. A metodologia foi de tal monta que mereceu tornar-se paradigma para outras origens. O texto apresenta dados e propostas do relatório, a experiência no exterior, e aponta para diversas outras questões pendentes a serem enfrentadas com coragem

A apresentação do "Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais" ao Comitê da ONU que lida com este tema é um marco para a sociedade civil brasileira. Em primeiro lugar porque se buscou a articulação de uma série de atores para a preparação desse material. Pela primeira vez, nos dizeres de representantes do alto *staff* do Conselho Mundial de Igrejas, a sociedade civil brasileira criou uma metodologia que deve ser seguida pelo resto do mundo.

Um segundo aspecto a ser ressaltado nesta iniciativa é a criação de uma dinâmica que permita uma relação mais próxima com outras organizações que atuam diretamente no campo do *lobby* na ONU e noutros organismos internacionais.

COMEÇOS E METODOLOGIA

O "Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais" começou a tomar forma em 1999 quando a IV Conferência Nacional de Direitos Humanos decidiu por dar aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Desc) maior dimensão no contexto dos direitos humanos. Percebeu-se, naquele momento, que os direitos civis e políticos já são uma realidade presente na agenda política da sociedade civil mas, os Desc ainda não são entendidos como direitos fundamentais de todos os cidadãos. Cabe rememorar que em 1992 o Brasil ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, mas nunca apresentou, como deveria a partir de 1994, seu relatório ao Comitê dos Desc. Aproveitando-se disso a IV Conferência determinou a criação de mecanismos que possibilitassem à sociedade civil apresentar um relatório paralelo no mesmo momento em que o governo apresentasse o relatório oficial. O fato concreto é que não houve a apresentação deste relatório oficial, mas a sociedade civil decidiu apresentar o que se convencionou chamar de um relatório alternativo.

Para a confecção desse relatório se buscou nas Assembléias Legislativas de cada estado da Federação a convocação de audiências públicas em que organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais e religiosos, entre outros, pudessem discutir temas relacionados com os Desc e apresentar casos de violação destes direitos. Ocorreram, pois, dezoito audiências públicas com um total estimado de 2.000 organizações participando ativamente das discussões. Como retorno das audiências públicas quase 5.000 páginas de observações, denúncias e propostas sobre o tema fo-

ram apresentadas. Diante de tão alta resposta por parte da sociedade civil, o grupo coordenador do processo (Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Movimento Nacional de Direitos Humanos e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão) convidou diversas instituições que lidam com as linhas propostas pelos Desc a atuarem como sistematizadores setoriais desse material. Isto feito passou-se para um segundo momento de sistematização final do relatório e apresentação dele mesmo à sociedade brasileira e aos organismos internacionais.

O RELATÓRIO VAI A GENEBRA

Uma comissão formada pelo deputado federal Nilmário Miranda (presidente, à época, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados); Luciano Mariz Maia (procurador da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão); Romeu Olmar Klich (coordenador nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos) e Marcio Alexandre M. Gualberto (assessor da Federação de Órgãos para Assistência Social – Fase — e sistematizador final do relatório) foi a Genebra apresentar o relatório ao Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. Concomitante a isso representantes da sociedade civil tais como Luciano Wolf da Comissão Pastoral da Terra e *Franciscans and Dominicans International* (Fian), deputado federal Marcos Rolim (assumindo neste momento a presidência da Comissão de Direitos Humanos) e Márcio Araújo Marques (assessor da Comissão de Direitos Humanos e secretário executivo do processo) estabeleceram contatos com toda a imprensa nacional para a divulgação do relatório.

No âmbito internacional vale ainda ressaltar o apoio fundamental da Fian e do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) entre outros que auxiliaram a delegação brasileira em Genebra. Do mesmo modo foi de fundamental importância o papel desempenhado por James Cavallaro (Justiça Global) e Jaime Benvenuto (Gajop) que, ao acompanharem as reuniões da Comissão de Direitos Humanos, em Genebra, intervieram fazendo uma apresentação preliminar do relatório e articulando, entre os membros tanto da Comissão quanto do Comitê dos Desc, reunião com a delegação do Brasil que estava por chegar.

O relatório causou grande impacto no Comitê dos Desc. Primeiro pela sua abrangência. É natural que a sociedade civil de outros países se articule para intervir no Comitê no sentido de esclarecer que determinados dados apresentados por seus governos não condizem com a realidade vivida pela totalidade de sua população, entretanto, nunca, em toda a história do Comitê, a sociedade civil de um país havia apresentado um relatório com tal nível de abrangência; dos dezoito direitos listados no Pidesc somente um, o de Ciência e Tecnologia deixou de ser abordado.

Posto que, num primeiro momento, a confecção e posterior apresentação do relatório foi um sucesso além do previsto, algumas questões se ofereceram às organizações que estiveram envolvidas no processo. Como não permitir que esta articulação seja

DIREITOS HUMANOS

No Brasil os direitos humanos são associados, em geral, a duas questões: defesa daqueles que têm seus direitos politicamente violados; defender os direitos humanos é a defesa de "bandido". Entretanto, direitos humanos englobam um conjunto de direitos dos quais mulheres e homens, todos somos portadores. Internacionalmente a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos está vinculada à Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esta Declaração foi proclamada em 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas. O governo Brasileiro é signitário do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos que decorrem daquela declaração, também de 1948.

A Guerra Fria levou a uma discussão internacional sobre a existência de direitos que seriam próprios dos indivíduos e outros que seriam mais apropriados às comunidades políticas. Isso provocou uma leitura de duas dimensões dos direitos humanos: civis e políticos, por um lado, e econômicos, sociais e culturais, por outro. Em função disso, no ano de 1966 foi firmado o Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O Brasil é signitário desse Pacto (PIDESC) tendo, por isso, se comprometido a apresentar periodicamente ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais um relatório sobre a situação de tais direitos — até o momento não o fez. A sociedade civil brasileira, apoiada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, conseguiu apresentar um relatório sobre essa situação em abril de 2000 ao Comitê das Nações Unidas.

É necessário ressaltar dois pontos. Primeiro, o conjunto de direitos humanos é um só, um todo integral, interdependente e inviolável. Segundo, aos direitos econômicos, sociais e culturais são acrescidos pela Plataforma Latino-Americana pelos DESC os direitos ambientais. Assim, defender direitos humanos é tratar dos direitos que todos os cidadãos temos, e da responsabilidade última do Estado em respeitar, garantir, promover e defender os direitos humanos na sua integralidade.

Gianne Carvalho

A defesa dos Desc coloca em evidência as desigualdades entre os vários grupos étnicos que compõem o País

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS

DIREITOS ECONÔMICOS
- Segurança alimentar
- Acesso à moradia
- Acesso ao trabalho
- Direitos trabalhistas

DIREITOS SOCIAIS
- Segurança social
- Direito das famílias
- Proteção à maternidade e à infância
- Direito à saúde mental e física
- Direito ao lazer

DIREITOS CULTURAIS
- Direito à educação
- Participação na vida cultural
- Participação no progresso científico
- Direitos das minorias

DIREITOS AMBIENTAIS
- Acesso à água potável
- Direito a um meio ambiente não agressor à saúde
- Direito a uma vida saudável em harmonia com a natureza

desfeita? Como divulgar o relatório no Brasil de forma que a sociedade civil em geral tenha acesso às informações constantes dele? Que outras possibilidades se abrem a partir daí? Como relacionar a temática Desc ao tema dos direitos humanos sem que eles percam sua dimensão diante dos direitos civis e políticos? O que fazer, a partir de agora no âmbito internacional visto que a experiência foi de extrema validade para o conjunto dos atores envolvidos?

Podemos, *a priori*, tentar responder a algumas dessas questões a partir de olhares outros que parceiros, principalmente da América Latina, vêm propondo há algum tempo. Em 1999 o Instituto de Defensa Legal, do Peru, e o Washington Office on Latin America (Wola), dos Estados Unidos, realizaram um seminário denominado "A caminho do século XXI — desafios e estratégias da comunidade latino-americana de direitos humanos" e, a partir daí, surgiram propostas, como, por exemplo:

• "Aumentar a consciência sobre a indivisibilidade dos direitos e a importância dos Desc.

• "Definir o perfil do movimento dos direitos humanos na luta pelos Desc de tal modo que possa distingui-los dos outros movimentos sociais e complemente seu trabalho.

• "Inventar ou reinventar instituições para a defesa e proteção dos Desc, diferentes das usadas tradicionalmente para proteger os direitos civis e políticos: se aquelas violações são monitoradas e evitadas por fiscais e pelos ouvidores, se requerem novas instituições para fiscalizar os violadores dos Desc.

• "Assumir o trabalho na cena pública — tanto em políticas públicas como na discussão pressuposta — como um espaço para o trabalho em Desc, evitando ficar somente no nível da sociedade civil".

Cremos que propostas como estas incorporam-se a outras que vêm sendo elaboradas pelo conjunto de organizações envolvidas mais aprofundadamente no processo de elaboração do relatório da sociedade civil, como, por exemplo:

• Apoiar e estimular a criação de uma Plataforma Nacional dos Desc para a troca de impressões sobre os vários direitos listados no Pacto e, também, para capacitar outros setores da sociedade a lidarem com os direitos relativos ao Pacto.

• Um amplo e imprescindível recorte no tocante às desigualdades visto que, em sua dimensão mais ampla o que se percebe, como maior violação dos Desc no Brasil, são os altos graus de desigualdades seja socioeconômicas, de gênero, seja raciais.

• Criação de metodologias que permitam maior diálogo com os organismos

internacionais e capacitação de atores no sentido de acionar os mecanismos jurídicos existentes nas cortes internacionais.

• Monitoramento constante de casos emblemáticos de violação dos direitos bem como criação de estratégias para recebimento de denúncias e encaminhamento delas aos órgãos internacionais de forma que seja possível denunciar o Brasil como violador dos Desc.

• Busca de um amplo diálogo com a sociedade brasileira a fim de que ela se aperceba de que falar de direitos humanos, além da perspectiva dos direitos civis e políticos, implica estar falando de bem-estar, de qualidade de vida, de justiça social, de respeito à diferença e busca de eqüidade.

Agora, talvez a principal resposta que se possa dar às questões apresentadas seja a de que é de fundamental importância que os Desc sejam parte fundamental das agendas das organizações da sociedade civil. Para isso, logicamente, é importante que se compreendam os Desc como direitos tão importantes quanto outros.

AINDA HÁ QUESTÕES PENDENTES

Temos quinze anos de redemocratização do País e ainda sofremos com a violência policial, a tortura, o desaparecimento forçado etc. E, logicamente, é imprescindível que a sociedade civil se preocupe com estas violações e crie formas de combatê-las. Entretanto, a opção pelo modelo econômico feita pelo governo brasileiro hoje nos traz temas que são também cruciais quando se pensa em violação de direitos. *Assim, a ênfase nos Desc fala tanto do plano imediato de questões como a do trabalho infantil, quanto da luta por uma renda mínima garantida para todos os cidadãos, portanto, informa e conforma os objetivos de políticas públicas que combatam os processos de exclusão e desigualdade social.* (Pedro Cláudio Bocayuva, *Proposta* n. 79, p.66)

Quinze anos de redemocratização do País e ainda sofremos com a violência policial, a tortura, o desaparecimento forçado... Entretanto, a opção pelo modelo econômico feita pelo governo brasileiro, hoje nos traz temas também cruciais quando se pensa em violação de direitos

Além disso, os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, tornam patente tanto para a sociedade civil, quanto para o governo brasileiro, a importância de se discutirem aspectos relacionados com os vários grupos étnicos que compõem o País, mais notadamente indígenas e negros. O Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais chama a atenção para o alto grau de desigualdade existente entre brancos e não-brancos (negros e indígenas) e aponta propostas no sentido de se eliminarem essas diferenças.

É fundamental que setores como o Movimento Negro, o Conselho Indigenista Missionário e outras organizações que lidam com a temática racial, percebam os elementos que os Desc lhes trazem como aprofundamento de seus discursos visto estarmos falando de um Pacto Internacional que pressupõe, antes de tudo, o respeito a cada grupamento étnico e o direito de eles terem sua cultura respeitada por todos. Do mesmo modo é necessário que as grandes organizações 'brancas' percebam, a partir dos Desc, que hoje se torna impossível buscar uma leitura ampla dos problemas do País sem deixar de tocar nas questões relativas à temática racial. Tal como ocorreu com a temática de gênero — que hoje não é ignorada por nenhum estudo, pesquisa, ou trabalho institucional — é fundamental que a temática racial seja incorporada como questão óbvia pela sociedade civil.

No momento em que a sociedade civil brasileira perceber a importância dos Desc e os cruzamentos possíveis que podem ser dados a partir daí, será possível estabelecer novos parâmetros para a discussão dos direitos humanos no Brasil.

Talvez seja este o maior aprendizado que a sociedade civil pode receber a partir desta ação conjunta. Unidos, somos mais fortes e temos maior possibilidade de definir linhas de ação como bloco. Ao estabelecermos relações políticas com organizações e mecanismos internacionais, podemos dar maior visibilidade ao que propomos e ao que se passa na realidade nua e crua do País. Por fim, ao estabelecermos política de comunicação mais efetiva com outros setores da sociedade brasileira, notadamente a mídia, podemos fazer ressoar com maior vigor aquilo a que aspiramos para o futuro deste país: igualdade entre todos, direitos respeitados em toda a sua dimensão.

Romeu Olmar Klich, teólogo e coordenador nacional do MNDH. **Márcio Alexandre Gualberto**, redator e assistente da FASE.

Bruxas e feiticeiras

Ivone Gebara

Martha Strauch

O renascimento de esoterismos e ocultismos que invadem páginas e páginas leva a Autora a garimpar no terreno que lhe é oferecido, mas, pouco a pouco, desvencilha-se do imaginário, 'exorciza' os exorcistas ("homens bons") e exalta feiticeiras e bruxas criativas por serem rebeldes ao estabelecido e quererem abominar todos os conformismos a fim de elevarem (bruxa significa 'altura') e dignificarem as pessoas. Ela escreve e se inscreve

Nos tempos de minha infância bruxas e feiticeiras, palavras sinônimas, se referiam em geral a velhas, feias e malvadas em oposição às fadas, jovens, lindas e bondosas. Estes seres mais ou menos imaginários faziam parte integrante dos contos e das fantasias infantis. Bruxas e feiticeiras eram símbolos de maldade e sempre faziam medo às crianças por suas ações violentas. Podiam capturar e engordar meninos para comê-los em seguida, podiam infligir maus tratos às crianças, transformá-las em animais ou reduzi-las à escravidão até que uma boa fada ou um príncipe encantado viesse salvá-las. Os adultos, muitas vezes, se regozijavam com a reação de espanto das crianças porque esta era uma forma de controlar as traquinices geralmente assimiladas à inspiração das velhas bruxas.

FEITICEIRAS ESTÃO DE VOLTA

Hoje há uma volta de bruxas e feiticeiras. Elas são assunto de pesquisa e estão na pauta de revistas nacionais e internacionais. Servem de roteiro para filmes de sucesso internacional. São objetos de presente de amigos e indicam uma maneira crítica de ser no mundo. Assim seu interesse não se liga apenas aos contos de fada do passado. Há muita gente querendo revelar a identidade dessas mulheres temidas e acusadas de pacto com o demônio e por isso perseguidas pelos adoradores e representantes do Deus Pai Todo-Poderoso.

O feminismo se situa entre os movimentos sociais que pretendem reler a história das bruxas e tentar restaurar

No imaginário popular as bruxas e feiticeiras são mulheres de grande poder, capazes de até contrariar as leis da natureza e as leis estabelecidas pela sociedade patriarcal

em parte a verdade dos acontecimentos que marcaram a história das diferentes perseguições que sofreram sobretudo no passado europeu. O feminismo quer arrancar-lhes a máscara de feiúra e de maldade que lhes foi imposta e tentar resgatar pedaços de sua história em meio ao pó acumulado pelos séculos. Hoje, sabemos que muitas dessas bruxas queimadas vivas foram na realidade grandes defensoras da vida, dotadas de grande saber e capazes até de ameaçar o poder masculino em diferentes atividades, como por exemplo, a medicina. Tinham uma vida mais ou menos independente e desenvolviam seu saber até na poesia e na literatura. Essa liberdade era uma ameaça sobretudo se nos situamos historicamente no final do feudalismo e no inicio da constituição das nações modernas. Nesse momento o cristianismo tornou-se a força política espiritual para manter o centralismo necessário à construção dos impérios.

No imaginário popular as bruxas e as feiticeiras são mulheres de grande poder, capazes de até contrariar as leis da natureza e as leis estabelecidas pela sociedade patriarcal. Não se sabia muito bem a origem de seu poder. Por isso eram temidas e por isso mesmo perseguir e matar essas transgressoras foi uma missão louvável levada a cabo especialmente pelos inquisidores dos séculos XV, XVI, XVII.

Pensando nessa perseguição injusta fui reler alguns trechos do livro *O martelo das feiticeiras* (1991), um manual de orientação sobre bruxarias escrito em 1484 pelos inquisidores que tinham o apoio e a admiração do papa Inocêncio VIII.

As práticas chamadas de bruxaria pareciam ser freqüentes naqueles tempos e pareciam ganhar terreno sobretudo nos meios populares. Por isso os inquisidores, preocupados em debelar esse mal, se perguntavam, entre outras questões, por que as superstições e as bruxarias eram mais freqüentes nas mulheres do que nos homens. E a resposta tinha respaldo segundo eles "na experiência real e no testemunho verbal de pessoas merecedoras de crédito".

BRUXAS E FEITICEIRAS: MULHERES?

Algumas razões, de origens diversas, tentavam explicar a propensão feminina à bruxaria e à feitiçaria:

• Apoiados nas Escrituras e nos autores gregos clássicos, os inquisidores puderam afirmar que as mulheres ou amam ou odeiam e não há meio termo para elas. Sendo assim as que fazem maldades são capazes de horrores porque se entregam à dominação do demônio.

• As mulheres são por natureza mais crédulas que os homens e como "o objetivo do diabo é corromper a fé, ele prefere atacá-las prioritariamente".

• As mulheres são possuidoras de uma língua traiçoeira. E, por meio desta fraqueza incitam outras pessoas e justificam suas ações de bruxaria.

• Nas Escrituras a malevolência das mulheres é explicada em virtude do fato de a primeira mulher Eva, a sedutora, ter desobedecido a Deus e com isso outras mulheres continuam sendo suas imitadoras. Nesse particular é bom lembrar que o demônio seduziu Eva e Eva seduziu Adão. Portanto, Adão não foi diretamente seduzido pelo demônio.

• A própria palavra latina *Femina* viria de *Fe minus,* fé menor, fé mais fraca e se refere à dificuldade das mulheres em manter e em preservar sua fé, assim como em compreender as coisas profundas da vida. Esta palavra revela a verdadeira identidade feminina.

A partir destas razões e de outras os inquisidores concluíam que "por serem mais fracas na mente e no corpo, não surpreende que se entreguem com mais freqüência aos atos de bruxaria". Por isso, eliminá-las do convívio social ou castigá-las para que cessem suas obras más era uma proteção necessária aos que permaneciam fiéis e tementes a Deus.

Quando terminei de reler e anotar alguns trechos do *Malleus Maleficarum* comecei a sentir algo incômodo, mas estranhamente conhecido. Tinha a impressão de ler um texto velho, mas ao mesmo tempo muito atual, um texto que confirmava algumas intuições que tivera depois de ouvir programas de rádio, assistir a programas de televisão e até participar como observadora de sessões de cura em igrejas cristãs marcadas pelo movimento neopentecostal.

Hoje, possessões demoníacas e exorcismo voltam a estar na pauta de ação de muitas igrejas cristãs. E o que mais me impressiona nisto tudo é que esses grupos continuam acreditando que as mulheres são as mais vulneráveis às possessões diabólicas. Nas celebrações de cura e exorcismo os demônios parecem apossar-se com mais freqüência das mulheres. E são sempre os pastores, os 'homens fortes' de Deus, que em nome de Jesus conseguem depois de muita luta e oração expulsar o demônio do corpo de uma mulher. Os tempos de hoje parecem

São herdeiras de algumas bruxas do passado que, com sua força e tenacidade, salvaram muitas vidas. Mas, outras mulheres, fragilizadas pela vida, batem ainda às portas dos templos em busca de alívio e salvação

confirmar as afirmações dos inquisidores dos séculos XV e XVI! As mulheres continuam mais vulneráveis às possessões chamadas demoníacas!

MULHERES E DEMÔNIOS — EXORCISMO

Seriam estas mulheres em nossos tempos as bruxas ou as feiticeiras, submissas às forças do demônio? Seriam seus demônios passíveis de exorcismo?

As respostas a estas perguntas são extremamente complexas. Precisaríamos até retomar os estudos de demonologia e o significado cultural da palavra 'demônio'. Entretanto, este trabalho não é por ora possível. Precisamos então deixá-lo de lado, assim como deixar de lado o charlatanismo presente em muitos desses exorcismos. Nesse charlatanismo às vezes a cumplicidade feminina está presente visto que algumas têm a profissão de fazer o papel de 'possessas' para impressionar a grande maioria das que buscam curas, mulheres empobrecidas e fragilizadas psiquicamente.

No universo limitado em que vivem e na luta incansável por sobrevivência os demônios explicam em parte seu sofrimento na falta de outras explicações. Diferente dos homens que buscam abafar a pergunta sobre a irracionalidade do sofrimento e a falta de saídas imediatas com a bebida e a violência contra os outros, muitas mulheres buscam estas respostas nas religiões e são por isso presa dos falsos pastores preocupados em aumentar sua própria riqueza e a desigualdade social existente. Além de agredidas pela vida, agridem-se pessoalmente e ainda são agredidas nos templos onde são consideradas como 'lugar' de possessão demoníaca. Uma análise social e psicológica a partir das *relações de gênero* se impõe nestas situações.

Pensar na vida das mulheres perseguidas dos séculos XV e XVI me leva igualmente a perguntar, se as bruxas e feiticeiras criativas, aquelas que faziam medo e por isso foram queimadas, sua memória corrompida e 'quase' esquecida, se teriam ainda filhas ou netas sobreviventes da grande chacina.

FEITICEIRAS E BRUXAS CRIATIVAS

Minha resposta a esta nova questão não pode ser simplista. O fenômeno da bruxaria e da feitiçaria é vasto e complexo. Houve muitas mulheres queimadas vivas, violentadas e perseguidas porque atuavam na linha da restauração da saúde buscando plantas medicinais, fazendo partos e curando muita gente. No meio delas havia igualmente outras tomadas por diferentes tipos de enfermidade psíquica e acusadas de possessão demoníaca. Resgatar todas estas histórias é quase tarefa impossível. Por isso, é preciso sempre analisar os fatos a partir de sua complexidade e diversidade histórica.

Creio que hoje vivemos essa mesma 'mistura'. Temos de tudo. Algumas mulheres voltam a buscar nas ervas, nos cristais, nas rezas a cura de seus males e dos de sua família, trocam segredos e descobertas; outras recuperam a sabedoria das velhas parteiras para humanizar o nascimento e torná-lo um ato celebrativo; outras são capazes de criar organizações alternativas de sobrevivência econômica; outras ainda denunciam publicamente a organização social e cultural que desrespeita a vida das mulheres. São mulheres que acreditam num poder alternativo. São insubmissas ao sistema de obediência patriarcal. São herdeiras de algumas bruxas do passado que, com sua força e tenacidade, salvaram muitas vidas. Mas, outras mulheres, fragilizadas pela vida, batem ainda às portas dos templos em busca de alívio e salvação. Aceitam humildemente suas culpas. Reconhecem impropriamente que caíram nas armadilhas dos demônios e alienam-se das proclamações que em nome de Deus alimentam a mentira e a vida farta de covis de ladrões.

Bruxas e feiticeiras de ontem e de hoje fazem parte de um movimento de busca de sentido da vida, de um movimento de justiça e de direito que em meio às contradições da vida continua afirmando e cantando que, apesar dos pesares, "a vida é bonita e é bonita".

As bruxas e feiticeiras do passado vivem de certa forma em cada um de nós e nos convidam a uma comunhão com a natureza e à necessária mudança de comportamentos em vista da salvação da própria vida. Bruxas e feiticeiras são hoje símbolos de resistência contra um sistema hegemônico e hierárquico que impede a proliferação de alternativas criativas para além do lucro e da competição.

Nestes cinco últimos anos já recebi de presente quatro feias-lindas bruxinhas que me convidavam com carinho à transgressão criativa e respeitosa. Foram presentes de amigos e de amigas que comungavam da mesma 'bruxaria' em vista de uma alquimia mais democrática das forças de vida. Vivam as bruxas e feiticeiras, amantes da vida.

Ivone Gebara, teóloga católica e escritora.

Violência, mídia e sociedade

Rogério Lannes

O episódio do ônibus 174 é paradigmático não só pela extrema violência vivida por aquele grupo de pessoas — situação, infelizmente, comum, especialmente nas periferias pobres das grandes cidades brasileiras —, ou pelas diferentes reações de cada um, mas, principalmente, pelo fato de tudo ter sido acompanhado por milhões de pessoas ao vivo pela TV e, posteriormente, pela imprensa, desencadeando amplo debate. Neste artigo, a visão da tragédia do 174 como um choque de diferentes éticas, a análise do papel da mídia e uma reflexão sobre a ética

Na tarde e noite de 12 de junho de 2000, acontecimentos violentos num ônibus da linha 174, Gávea — Central do Brasil, no Rio de Janeiro, envolveram personagens e seguiram roteiro rumo a inexorável destino trágico, como numa tragédia grega, em que ocorre o mito: a imitação de ações de vida que despertam terror e piedade. O mito nesta tragédia carioca foi um encontro, em situação-limite, de diferentes éticas presentes na sociedade brasileira. (Aqui ética entendida como a forma pela qual o desejo de continuidade do grupo atravessa o sujeito.)

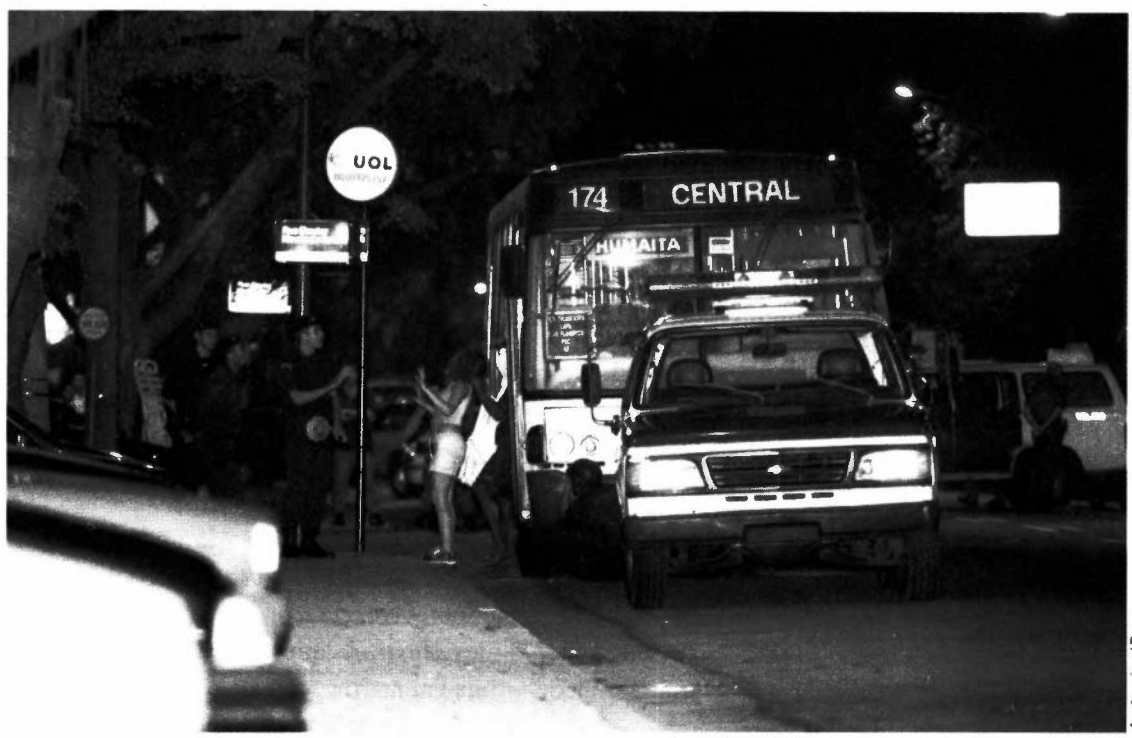
Aparentemente, tudo começou quando um passageiro ao sair do ônibus denunciou à polícia que havia um homem armado a bordo. Uma patrulha da Polícia Militar interceptou o coletivo na rua Jardim Botânico, altura do Parque Lage, e iniciou-se uma maratona em que Sandro do Nascimento, 21 anos, manteve onze passageiros como reféns, enquanto tentava negociar a fuga com a polícia. Durante angustiantes quatro horas e meia, ele ameaçou matar Luana Guimarães Belmonte, 19 anos, Janaína Lopes Neves, 23 anos, e Geisa Firmo Guimarães, 20 anos, que eram puxadas pelo cabelo ou pelo braço de um lado para outro dentro do coletivo, sob a ameaça de um revólver. Janaína chegou a ter a morte simulada, enquanto a polícia, a imprensa e populares cercavam o veículo. No momento final e mais tenso do episódio, Sandro desceu do ônibus com a arma apontada para Geisa, aparentemente com a intenção de se entregar, quando o policial Marcelo Oliveira Santos, da tropa de elite da PM, partiu na direção dele atirando com uma metralhadora. Sandro não sofreu qualquer ferimento, enquanto a passageira caía atingida por quatro tiros — um tiro do policial e três da arma de Sandro, segundo a perícia (*O Globo*, 14/6/2000) —, morrendo a caminho do hospital. Ato contínuo, cinco policiais agarraram Sandro e o colocaram dentro de um camburão, e partiram em direção ao Hospital Souza Aguiar, distante dali, aonde ele chegou com o pescoço quebrado, morto por estrangulamento.

A TRAGÉDIA E AS ÉTICAS

Tudo parecia seguir uma determinação, como numa tragédia, em que mesmo o acaso da presença daquelas pessoas fazia sentido. Até algumas ações aparentemente sem nexo das 'personagens' dessa história encontram a razão de ser no *ethos* que a cada um envolve, que cada um integra, com o qual está comprometido.

Sandro pertencia ao 'bando' de setenta e dois meninos e meninas de rua que se abrigavam sob as marquises de edifícios próximos à Igreja da Candelária, no centro do Rio, em julho de 1993, quando oito foram mortos por policiais enquanto dormiam. Dos sobreviventes, quarenta foram assassinados, cinco morreram de Aids, seis estão presos, dois são gerentes de tráfico, um está doente, cinco têm "vida

no ônibus 174



Agência JB

digna", quatro ainda vivem na rua (*Jornal do Brasil*, 19/6/2000). Sem apoio efetivo de governos e organismos da sociedade, mesmo após a evidência do desamparo daqueles adolescentes depois da chacina —, 'Mancha', como era conhecido na época, continuou fazendo do crime meio e modo de vida. Foi condenado, preso, fugiu de delegacias. Ressurgiu epicamente num banal porte de arma denunciado por um anônimo a uma patrulha.

HERÓI TRÁGICO, ÉTICA DA VINGANÇA

Colocado, de repente e mais uma vez, no centro da cena nacional, Sandro vive intensamente o *reconhecimento* de si como o protagonista daquela tragédia. Encurralado e, provavelmente, drogado, assume integralmente a essência e a face do mal na sociedade: humilha e ameaça ostensivamente suas reféns (aos poucos, deixou sair todos os homens do ônibus), vocifera contra a polícia, obriga uma das passageiras a escrever com batom no vidro do ônibus que é "louco", que tem "um pacto com o diabo" e que vai "matar geral".

Sua história chegava ao ponto de mudança — *peripécia* — em que o drible à morte — o máximo de 'boa fortuna' a que os seus iguais têm direito — cederia a vez ao fim trágico, que ali ele desafiava mais uma vez, incorporando tudo de mau que lhe fora legado e atribuído. O herói da ética da vingança contra todos, no 'dia da caça', despertando o terror. Mesmo assim, em meio a todo o clima de negação de qualquer valor virtuoso, ele apenas simula a morte da refém. Ameaça com o 'mal' total contra o 'bem' — na figura dos passageiros indefesos —, mas, na prática, impõe um limite. Despertou piedade nas reféns mais assediadas por suas ameaças. Luana, estudante de Comunicação da PUC, declarou no dia seguinte que "não desejava a morte de Sandro, preferia que ele nunca tivesse existido" (*Jornal do Brasil*, 14/6/2000), argu-

mentando que ele também era uma vítima da sociedade.

ÉTICA SOLIDÁRIA DAS VÍTIMAS

Depois de arrastada de um lado para outro, Luana foi deixada de lado e passou a conversar com o agressor e as outras passageiras, buscando acalmá-los. As declarações no dia seguinte só confirmaram suas ações durante o episódio, movidas por uma ética solidária. Janaína — estudante de Administração da PUC que, entre outros momentos de tortura, viveu a simulação de sua própria morte — pediu, enquanto pôde, aos policiais que atendessem às exigências de Sandro, para poupar a vida de todos. No dia seguinte declarou aos jornais que sentia "raiva e pena" de Sandro: "ele é um espelho do que a sociedade faz com pessoas como ele" (*O Globo*, 14/6/2000).

O poder constituído busca 'bodes expiatórios', desviando a discussão da questão social

Mas quem, levada pelo acaso de estar na hora e no lugar "errados", viveu a condição extrema da mudança trágica de sua vida foi Geisa. Seu caminho cruzou com o de Sandro no momento da mudança de fortuna de ambos — *peripécia* e *reconhecimento* simultâneos: ela, recreadora para meninos pobres da Rocinha, ele, ex-menino de rua; ambos buscando alternativa de vida para os que crescem pobres e marginalizados; ele, sobrevivendo segundo a ética do crime, ela, trabalhando segundo a ética solidária e comunitária. No que parecia ser o momento final, ele sobrevive, ela morre 'em cena' — a *catástrofe* que a transforma de vítima em mártir.

A ÉTICA DOS JUSTICEIROS

Ao determinar a morte da refém, a polícia é movida pela própria ética de combater 'o mal' com o mal, mesmo à custa da eliminação do 'bem'. Uma ética incorporada pelo atirador despreparado o qual partiu para o frustrado ato de heroísmo em que mataria Sandro num lance espetacular, mesmo sem necessidade e expondo a refém a grave risco, em nome do princípio ético de eliminar bandidos. Mas o bandido sobrevive.

Aí entra novamente a polícia com a execução de Sandro, desarmado e sob custódia, em nome da ética de exclusão total — uma radicalização da exclusão social, punição sem julgamento e sem atenuantes, vingança, justiçamento, execução dos excluídos rebeldes. Uma conduta sistemática e ilegal que tem amplo apoio da sociedade: 45,03 % dos leitores que responderam a pesquisa do Jornal do Brasil pela Internet afirmaram "aprovar a ação dos policiais que mataram o assaltante após a sua prisão", o que foi recriminado apenas por 44,35% dos leitores *on line* (*Jornal do Brasil*, 15/6/2000).

A polícia não obedece inteiramente ao poder de Estado, não segue a lei, nem se pauta pelos princípios que dela emanam e não se sensibiliza com a voz da comunidade. Ela faz e segue suas próprias leis, segundo a ética privada do justiceiro, muitas vezes por interesses meramente pecuniários — conforme a ética da corrupção, do mercado na ilegalidade —; outras, por interesses pessoais ou de grupo de agentes policiais envolvidos com atividades criminosas — numa ética utilitarista ou individualista também num campo da ilegalidade.

MÍDIA, SOCIEDADE E A ÉTICA DO CORO

Desde o começo, foi como se nenhum segmento social tivesse deixado de acompanhar ou reagir aos acontecimentos, numa *catarse* do *coro*, composto pela mídia e os curiosos que afluíram ao local, e pelo público das TVs e rádios que faziam a transmissão direta. Até mesmo as autoridades se comportaram como se fossem espectadores, sem responsabilidade com as causas ou o desfecho dos acontecimen-

A TRAGÉDIA GREGA

Para Aristóteles, a tragédia "é a imitação de uma ação", que suscite "piedade e terror", e o mito é "a composição dos atos". Ela não é representada por atores, mas vivida por personagens. Toda tragédia, em Aristóteles, tem um *nó*, que se constitui de "todos os casos que estão fora da ação" até o lugar e o momento em que ocorre a cena, e um *desenlace*, que é "todo o resto da ação – a boa ou a má fortuna". Há sempre um herói. Para Aristóteles, este personagem não deve ser nem muito bom nem muito mau e deve ser capaz de despertar piedade e terror com seu destino. Na tragédia se inserem os *reconhecimentos*, que são "a passagem do ignorar ao conhecer" (a si mesmo ou ao outro); as *peripécias*, que são as trajetórias de "mutação dos sucessos no contrário", e as *catástrofes*, como "a morte na cena". "O *coro* também deve ser considerado como um dos atores; deve fazer parte do todo, e da ação", diz o filósofo. E a *catarse* tem o efeito de "purificar os sentimentos" presentes na tragédia.

tos, dando declarações e agindo menos comprometidos com o 'bem público', do que com a imagem de seus governos. Os leitores de jornal inundaram as seções de cartas (a maioria criticando a polícia e as autoridades).

Assim como os jornais contribuíram com intensa cobertura e muitas páginas com diferentes opiniões de leitores e articulistas, o mérito da TV foi manter as câmeras — o olho da sociedade naquele momento — ligadas ininterruptamente (a GloboNews durante todo o tempo e a Record, a partir do início da noite).

Muitos Sandros e muitos policiais como os que o executaram e provocaram a morte de Geisa estão sendo produzidos pela sociedade brasileira (incluindo Estado e mídia)

Não há como saber, no entanto, o quanto a presença da mídia pode ter prolongado o impasse ou potencializado as ações de Sandro, da polícia e da população reunida em torno do ônibus (alguns dos quais, segundo a polícia, queriam linchar o 'assaltante'). Mesmo com toda a sua 'loucura', Sandro chegou a advertir aos gritos: "Isso aqui não é filme não... aqui acaba mal..." O certo é que o grau de incomunicação e de tensionamento das diferentes éticas existentes na sociedade brasileira, refletido naquela tragédia, fizeram com que tudo transcorresse da pior maneira, sob a luz dos holofotes.

Um mês após o episódio, uma mobilização nacional reuniu vítimas da violência urbana e diversos setores da sociedade numa campanha denominada 'Basta', que pedia paz, mas sinalizava de forma difusa o destinatário do protesto e o diagnóstico das origens da violência — ou 'insegurança' para alguns — obtendo apoio explícito de toda a mídia, empresários, governos e até polícias.

Superados os primeiros momentos de comoção, a mídia — em especial a TV — passou a encenar a usual banalização da violência, através da espetacularização dos acontecimentos e da superficialidade na revisão do tema. No dia 29 de julho, o programa "Criança Esperança", da Rede Globo, mostrou cenas do episódio ocorrido no mês anterior, em que Janaína escrevia as palavras ditadas por Sandro, de forma invertida para serem lidas de fora do ônibus. O apresentador elogia a coragem e a destreza da jovem durante o 'seqüestro' e pede a ela que escreva: "Criança Esperança — este programa é dedicado à Geisa". Nada é perguntado a Janaína. Ela nada fala. Nada é mencionado sobre suas afirmações de que Sandro também era vítima. Logo ele, reconhecidamente menor abandonado, uma criança sem esperança, que sociedade e mídia viram sobreviver na Candelária e não foram capazes de alterar-lhe o destino.

Na seqüência da descontextualização do gesto de Janaína, entra a publicidade, fazendo uso da nova 'grife' da escrita invertida no vidro para vender ligações telefônicas. Noutro ritual patético de banalização do sentido da tragédia, jovens da Zona Sul carioca passam a se caracterizar com casaco, boné e óculos de 'Sandro' e lotam dezenas de ônibus para participar de concorridas festas a fantasia em Itaipava, na serra de Petrópolis. Durante a noite, de tempos em tempos, os 'Sandros' agarram à força as meninas que passam, simulando as cenas reais vistas na TV.

REFLEXÕES

Há os que vêem no episódio do ônibus 174 um fato isolado, gerado por um indivíduo violento. A mídia tende a tratar fatos assim como 'casos' , em

NEGRO POBRE É INVISÍVEL

A expressão alucinada de Sandro, com o rosto negro, magro e desdentado, envolto com um pano e um boné, gritando e apontando sua arma contra a polícia na janela do ônibus virou um ícone da maldade e do terror na cobertura da imprensa e no imaginário da população: o negro mau e diabólico. Sua face destacada de uma foto e usada como vinheta, junto à frase "Inferno no 174", ilustrava toda a cobertura do caso pelo jornal *Extra*. Incitada a comentar o caso, a esposa do governador do Rio chegou a afirmar que "pela foto, está claro que ele estava endemoninhado" (*Jornal do Brasil*, 16/6/2000).

Em artigo escrito no início de 2000, o então coordenador de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares, diz que *o garoto negro e pobre é quase invisível, nas grandes cidades brasileiras* e segue fazendo uma análise apropriada para a compreensão do *reconhecimento* vivido por Sandro: *Nós passamos por eles, nas ruas, com indiferença. Quando um deles se aproxima, portando uma arma e nos ameaçando, ganha visibilidade e conquista todos os atributos da presença. Em breve, a densidade ontológica alcançada pela imposição do medo lhe dará nome e* status, *ainda que os privilégios da identidade se radiquem na escala negativa, construída no mundo do crime. A dialética ardilosa faz com que a auto-estima se afirme pelo avesso, como a contrapartida da capacidade de despertar medo, como a contrapartida do reconhecimento obtido pela ameaça, como o subproduto de uma tangibilidade perversa.*

que a narrativa emocional e a cobertura de seus desdobramentos exclui a reflexão sobre o contexto social que produz o evento. O poder constituído busca 'bodes expiatórios', desviando a discussão da questão social. Mas o desafio no exercício de interpretação dos acontecimentos daquele dia e de suas origens e repercussões é buscar fazer uma reflexão ética.

Neste momento, muitos Sandros e muitos policiais como os que o executaram e provocaram a morte de Geisa estão sendo produzidos pela sociedade brasileira (incluindo Estado e mídia). Por isso, a tragédia do 174 pode ser vista como *desenlace* de um processo sistemático de injustiças sociais e violência em larga escala, de exclusão econômica e social: um *nó* ético que requer profunda análise.

Sandro pertencia ao 'bando' de setenta e dois meninos e meninas de rua que se abrigavam sob as marquises de edifícios próximos à Igreja da Candelária, no centro do Rio, em julho de 1993, quando oito foram mortos por policiais enquanto dormiam. Dos sobreviventes, quarenta foram assassinados, cinco morreram de AIDS, seis estão presos, dois são gerentes do tráfico, um está doente, cinco têm 'vida digna', quatro ainda vivem na rua

Diante da crise ética da sociedade brasileira, será o caso de se resgatarem princípios de uma ética universal, valores emanados de divindades, aristocracias, elites, estados e leis? Ou a alternativa está no campo da escolha de um agir ético, *praxis* que alie a busca da autonomia e a liberdade individual a um 'bem comum' que emane das classes sociais ou das comunidades humanas, construído nas relações de troca e de convivência?

A FORÇA DO COMUM

Diante da injustiça social, da violência policial e da ideologia excludente ou do silêncio cúmplice da mídia, classes populares brasileiras ainda encontram formas diversas de sobreviver organizadas em comunidades, preservadas pela força do espírito comum.

No documentário *Notícia de uma guerra particular*, de Walter Moreira Salles, essa ética comunitária se manifesta na angústia e decisão das mulheres da favela Santa Marta, em Botafogo, no Rio de Janeiro, seguindo de perto os policiais que conduzem jovens por estreitas vielas até o alto do morro, para impedir que eles sejam espancados ou mortos. O cortejo tenso prossegue até que os policiais desistam e retornem às viaturas, no asfalto, levando os suspeitos presos, mas vivos. Na imagem das câmeras, a expressão de alívio dos moradores diante daquela pequena vitória do solidário.

Ironicamente, todas as fotos e imagens do momento da morte de Geisa trazem ao fundo, como uma lua, uma propaganda luminosa do UOL, maior provedor brasileiro da Internet, símbolo de uma época em que tudo é mediado num ambiente em que a mídia parece substituir o real. Vivemos um momento em que todas as dimensões da vida — da ética e da política ao prazer — são mediadas e influenciadas pela mídia, que se sustenta pelo discurso da moralidade, determinando hábitos, costumes e modo de pensar, segundo a sua ética utilitarista e comprometida com o mercado e o capital. Neste ambiente do 'quase real', do virtual; quando o fio da mídia se desliga — já que ela não é onipresente —, o que esperar? O único princípio é o "cada um por si"?... Ou ainda resta a esperança nas alianças e na convivência comunitárias e solidárias?

Rogério Lannes Rocha, jornalista e mestrando em Comunicação.

A IMAGEM DO NEGRO MAU

O escritor Muniz Sodré lembra que, desde o início da escravidão moderna, o homem negro é aquele obrigado a realizar o desejo de outrem – o senhor: *Na prática, cumprir a vontade alheia é sujeitar-se à imprevisibilidade das representações que possam advir do descontrole ético das tarefas. Assim, o negro passa a ser representado ora como negro bom (em geral, infantilizado, subserviente, sorridente, nos termos da representação social do bom selvagem de Rousseau), ora como negro mau (animalizado, homicida, impiedoso, mais ou menos conforme os traços do selvagem Caliban, personagem shakespeareano de A Tempestade)". Ele acrescenta que a historiografia mostra como o lado demoníaco do senhor podia ser assumido por seu escravo negro, desenvolvendo-se deste modo, ao longo dos tempos, "uma imagem sombria e desfavorável que se incorpora às representações intelectualizadas e, subseqüentemente, ao senso comum das populações de cor clara.*

Quem subverte o Concílio?

Leonardo Boff

O texto remexe e pulveriza as tentativas de voltar ao 'estava tão bom' dos senhores do passado que não se aceitam vencidos pelo presente. Em tal contexto, o Vaticano II pode ser visto como uma das revoluções modernas nascidas nos estertores de forças dominantes decrépitas.
A abertura do Concílio para as demais igrejas (também Igreja) é exemplo das mudanças que (visto ser Natal) "derrubam dos tronos os poderosos e exaltam os simples".
Daí esta reflexão

A Constituição sobre a Igreja do Concílio Vaticano II *Lumen Gentium* diz que "a Igreja de Cristo *subsiste* na Igreja Católica, embora fora de sua estrutura visível se encontrem vários elementos de santificação e de verdade" (n.7). Nos documentos anteriores, preparatórios, se fazia uma identificação, ao dizer que "a Igreja de Cristo *é* a Igreja Católica". Nas discussões entre os Padres conciliares e em vista de razões ecumênicas se mudou o *é* por *subsiste*. Se houve mudança, era sinal de que os Padres conciliares quiseram evitar uma identificação pura e simples entre Igreja de Cristo e Igreja Católica.

A CONTROVÉRSIA SOBRE O *SUBSISTE*

A maioria dos intérpretes e eu pessoalmente no livro *Igreja: carisma e poder* (1981) temos entendido *subsiste* como "ganha forma concreta, se concretiza, aparece". O cardeal Ratzinger condenou em 1985 esta minha interpretação (impondo um ano de "silêncio obsequioso") afirmando que "o Concílio tinha escolhido a palavra *subsiste* exatamente para esclarecer que há uma única *subsistência* da verdadeira Igreja, enquanto fora de sua estrutura visível existem *somente* elementos de Igreja *(elementa Ecclesiae*: AAS 77, 1985, 756-762). E assevera outrossim que L. Boff comete uma "subversão do significado do texto conciliar... base do relativismo eclesiológico" (op. cit.). A mesma condenação é reafirmada na Declaração *Dominus Jesus* (n.16 e rodapé n. 56 de 6/8/2000). Repete-o com mais detalhes na conferência que proferiu sobre a natureza da Igreja a propósito do Congresso Internacional sobre a atuação do Vaticano II (Roma 25-27/2/2000, em *Il Regno* 7/2000, 231-238). Nessa conferência explica que *subsiste* deriva da antiga filosofia... e corresponde à palavra grega *hypostasis* (op. cit. 237b).

O SENTIDO OFICIAL: *SUBSISTE* NÃO É SINÔNIMO DE *É*

Qual é a intenção do Concílio e dos Padres conciliares? À luz desta intenção, que significa mesmo a expressão *subsiste* substituindo o *é*?

A comissão teológica do Concílio deu as razões desta mudança: "para que a expressão concorde melhor com a afirmação acerca de elementos eclesiais que se encontram alhures" *(Acta Synodalia* III/1, 177). Esta comissão, entretanto, nunca explicou oficial e explicitamente o sentido da expressão "subsiste". Deu, porém, duas indicações que sinalizam o sentido exato de *subsiste*. Ao explicar o sentido no número 8 da *Lumen Gentium* (onde ocorre o *subsiste*) afirma que "a Igreja de Cristo pode ser encontrada concretamente *(concrete inveniri)* nesta terra, na Igreja Católica". E logo adiante diz que ela "está presente" *(adest)* na Igreja Católica *(Acta Synodalia III/1, 176)*. Como transparece 'encontrar concretamente' e 'estar presente' são sinônimos de *subsiste*. O sentido é então: a Igreja de Cristo "subsiste na Igreja Católica", vale dizer, ganha forma con-

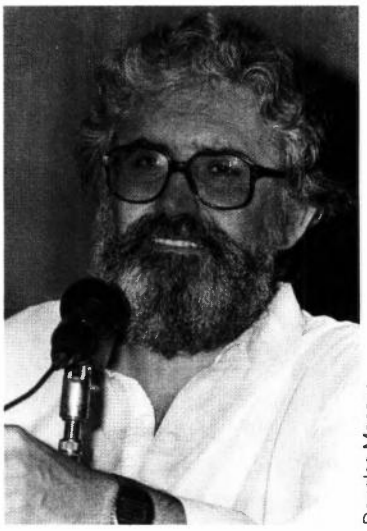
A Igreja de Cristo se concretiza na Igreja Católica. Mas não se exaure nesta concretização porque há "elementos de Igreja" em outras Igrejas e comunidades cristãs e porque possui limitações históricas, especialmente, por causa dos pecadores presentes dentro dela

creta e se concretiza na Igreja Católica. Mas não se exaure nesta concretização porque há "elementos de Igreja" em outras Igrejas e Comunidades cristãs e porque possui limitações históricas, especialmente, por causa dos pecadores presentes dentro dela *(Lumen Gentium*, 8c). A Igreja de Cristo pode subsistir também em outras igrejas. Todas as igrejas e comunidades cristãs em comunhão entre si formam a única Igreja de Cristo.

Quando uma expressão não é definida explicitamente, como o *subsiste* vale então o sentido que lhe é conferido pelo uso comum. Tomando como referência o famoso dicionário latino de Forcellini, verificamos que o sentido básico de *subsistere* é sempre concreto: *manere, permanere, sustentare, resistere, consistere, fermare, adstare (Totius latinitatis Lexicon* V, 707-708). Nenhum sentido nem os exemplos relacionados vão na linha pretendida pelo cardeal Ratzinger de *subsistência* e *hypostasis*.

Notemos uma modificação *motu proprio* de fundamental importância, introduzida pelo cardeal, distorcendo o sentido do Concílio. O texto do cardeal diz que nas outras igrejas existem "*somente* elementos de Igreja". O Concílio não afirma isso. Diz, sem restrições, que existem nelas "muitos *(plura)* elementos eclesiais", abrindo assim a possibilidade de entendê-las como igrejas. Ao introduzir o "somente" o cardeal retira das demais igrejas o caráter de Igreja. Isso o coloca em oposição ao número 15 da *Lumen Gentium* em que fica claro que tais elementos não se referem apenas aos sacramentos e aos indivíduos mas "às próprias Igrejas e às Comunidades" onde se encontram os indivíduos e se recebem os sacramentos. A comissão teológica enfatiza que "precisamente no reconhecimento deste fato se situa o fundamento do movimento ecumênico" *(Acta Synodalia* III/1, 204). Em razão disso o Decreto sobre o ecumenismo sustenta "que o Espírito não recusa servir-se delas como instrumentos de salvação" (n.3 d).

O cardeal Ratzinger poderia argumentar que o Concílio evita denominar as comunidades cristãs, saídas da Reforma, de Igreja, reservando esta palavra para aquelas que possuem a eucaristia e a sucessão apostólica. No entanto, a comissão teológica esclarece que por tal expressão o Concílio "não visa investigar e determinar quais entre as Comunidades devam ser chamadas teologicamente Igrejas" *(Acta Synodalia* III/7, 35) mas o Concílio se atém ao uso tradicional de linguagem. Enfatiza, entretanto, que tais comunidades não são uma soma de indivíduos mas que *são constituídas por elementos sociais e eclesiásticos que conferem a elas um caráter verdadeiramente eclesial; em tais Comunidades, embora imperfeitamente, está presente a única Igreja de Cristo, de uma maneira semelhante àquela, segundo a qual ela está presente nas Igrejas particulares, e por meio de seus elementos eclesiais a Igreja de Cristo é, de algum modo, operante nelas (Acta Synodalia* III; 2, 335). Nas Igrejas não católicas subsiste, portanto, a Igreja de Cristo.



Douglas Mansur

Efetivamente, o magistério pontifício, sinodal e episcopal pós-conciliar tem falado de Igrejas referindo-se às comunidades evangélicas. Não se trata, seguramente, de mera concessão à gentileza da linguagem, mas de uma aplicação concreta do sentido conciliar de *subsiste,* que permite dizer: as várias igrejas não católicas participam da Igreja querida por Cristo.

O CARDEAL REGRIDE AO PRÉ-VATICANO

A interpretação do *subsiste* pelo cardeal como 'subsistência' e '*hypostasis*' e que "pode ocorrer somente uma vez" como diz em sua conferência *(Il Regno*, op. cit. 237b) isto é, somente na Igreja Católica, faz com que o *subsiste* se torne sinônimo de *é*. O próprio cardeal o diz com todas as letras: "*subsistit* é um caso especial de *esse* (ser)" (op.

A Igreja de Cristo pode conhecer distintos níveis de realização, mais ou menos densos e perfeitos, mas todos reais

cit. 237b). Ora, essa compreensão anula a vontade dos Padres conciliares que quiseram substituir *é* por *subsiste*. Quiseram evitar a identificação pura e simples da Igreja de Cristo com a Igreja Católica. Para Ratzinger as demais igrejas não são propriamente Igrejas, apenas possuem 'elementos de Igreja'. É como se alguém dissesse: "Casa é apenas a minha; a sua possui apenas 'elementos de casa', como tijolos, janelas e portas; tudo isso não é casa, apenas elementos que foram tirados de minha casa". Tal afirmação além de arrogante é incorreta no sentido da mente dos Padres conciliares. Ratzinger regride ao Pré-Vaticano II.

O próprio cardeal se dá conta do reducionismo de sua posição ao reconhecer que "esta diferença entre o *subsiste* e o *é* não se pode resolver plenamente, em último termo, do ponto de vista lógico" (em *Il Regno*, op. cit. 237b). Mais ainda que "a subsistência da única Igreja na figura concreta da Igreja Católica só pode ser percebida como tal na fé" *(Il Regno*, 238 a). Ora tal reconhecimento vai contra as palavras da *Lumen Gentium* em que se insiste na concreção sensível ao sublinhar que "esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como sociedade, subsiste na Igreja católica (n.8b). Uma sociedade não se crê, mas se vê.

O problema lógico é falso e é só do cardeal, não do Concílio. Ele teria evitado confusões se tivesse recorrido à expressão 'sacramento', aplicada pelo Concílio à Igreja. O sacramento, ensina a teologia, tem vários níveis de concretização e de densidade *(sacramentum/res sacramenti/res)*. Da mesma forma a Igreja de Cristo pode conhecer distintos níveis de realização, mais ou menos densos e perfeitos, mas todos reais. A Igreja Católica pode pretender ser a mais plena realização da Igreja de Cristo. Mas essa não pode ser de tal ordem que impeça outras igrejas de serem também expressões da Igreja de Cristo. Em muitos aspectos, elas podem ser até melhores como na veneração das Escrituras, pelas igrejas evangélicas, ou no cultivo da liturgia solene pela Igreja Ortodoxa.

O cardeal Ratzinger teve o mérito de dizer: "A Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica". Mas teve o defeito de entender e dizer : "A Igreja de Cristo subsiste *só* na Igreja Católica".

O Concílio Vaticano II quis com o *subsiste* abrir a porta para o ecumenismo. Ratzinger com sua interpretação do *subsiste* quis fechar, mediante distorções, essa porta. Agora cabe fazer a *retorqueo*: quem faz a subversão do significado do texto conciliar? A documentação oficial citada aponta para o cardeal. De todas as formas, mesmo *post Ratzinger locutum*, o ecumenismo católico continuará como tem reafirmado a grande maioria dos organismos ecumênicos das conferências episcopais dos vários países.

Leonardo Boff, teólogo, filósofo e escritor

ATIVIDADES

O CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, finalizou em julho de 2000 o Levantamento Nacional de Atividades Sociais das Paróquias e Instituições Socioeducativas iniciado em 1999, em parceria com a Associação Nacional da Mantenedoras das Escolas Católicas – ANAMEC.

Apresentamos alguns dados da pesquisa sobre a ação social realizada pelas paróquias:

Foram pesquisadas 8.364 paróquias de todo o Brasil. 3.554 paróquias responderam à pesquisa (42,5% do total). Deste total, 3.377 paróquias informaram realizar 10.827 atividades sociais em dez áreas de atuação (educação, saúde, distribuição de alimentos, remédios, roupas, material de limpeza/higiene e de construção, produção e geração de renda, assistência social e abrigos). As áreas de maior número de atividades são distribuição de alimentos com 2.769 atividades (25,6%); educação, com 2.104 (19,4%) e saúde, com 1.634 atividades (15%). 8.070 atividades realizam juntas 98.166.980 atendimentos individuais e 6.542 atividades realizam 31.976.920 atendimentos familiares. Em todas as atividades, a força do trabalho está na mão dos voluntários e, em sua maioria, os leigos são os responsáveis pela ação social desenvolvida nas paróquias.

O CERIS agradece a todos os párocos e responsáveis pelas atividades que gentilmente responderam aos questionários e a todos os que de diversas formas colaboraram para a realização da pesquisa.

O resultado da pesquisa foi publicado pelas Edições Loyola em julho deste, sob o título Obras Sociais da Igreja Católica: atividades das instituições socioeducativas e das paróquias. Outros dados, consultar o CERIS, tel (21) 558 2196 ou e-mail: ceris@ceris.org

O protestantismo nos Trópicos

Zwinglio M. Dias

A migração teuto-protestante e a invasão anglo-protestante foram visitadas pelo caudal do Movimento Pentecostal. A reserva religiosa daqueles dois movimentos acabou assumida pelos pentecostais que fizeram cruzar-se o milenismo messiânico protestante com o milenismo católico popular. Os frutos desse cruzamento são cantados até em samba

Eu deixei de ser pé-de-cana,
eu deixei de ser vagabundo!
Aumentei minha fé em Cristo,
sou bem quisto por todo mundo.
(Trecho do Samba "Não sou mais disso" de Zeca Pagodinho e Jorge Aragão)

Mais que nunca a expressão 'protestantismo' deixou de ser unívoca. Se para o público em geral a expressão se presta para designar os cristãos não-católicos romanos, ela está longe de ser aceita passivamente pelas diferentes correntes que compõem o espectro eclesiológico oriundo da Reforma protestante do século XVI.

A emergência do movimento pentecostal, nos inícios do século XX, caudatário, sem dúvida, de outros movimentos nascidos no interior das igrejas do protestantismo na Europa e na América do Norte a partir do século XVII, com sua ênfase anti-racionalista e de grande fervor religioso-emocional, ao adaptar-se ao substrato religioso da cultura brasileira, trouxe consigo uma complicação ainda maior. Com isso a expressão 'protestantismo' tornou-se absolutamente insuficiente para caracterizar e enfeixar as multifacetadas variantes das alternativas cristãs ao catolicismo romano.

A partir de sua implantação e desenvolvimento no interior da cultura brasileira, outros apelativos como 'evangélicos' e 'crentes' ganharam a preferência de diferentes famílias confessionais ao ponto de a expressão 'protestante' perder não apenas seu conteúdo semântico como sua própria significação histórica. No caso brasileiro isto se deveu, em grande parte, à refração cultural sofrida pela versão norte-americana do protestantismo aqui implantada, que não foi capaz de assumir os valores e as formas culturais próprias do *ethos* religioso brasileiro.

Na ausência de uma expressão mais abrangente falaremos de protestantismo de forma genérica e plural chamando sempre a atenção para as distinções que se fazem, forçosamente, necessárias.

OS PROTESTANTISMOS ENTRE NÓS

Os historiadores e estudiosos dessa manifestação religiosa dentro do cristianismo distinguem no Brasil três vertentes principais: o Protestantismo de Imigração, o Protestantismo de Missão e o Movimento Pentecostal. As duas primeiras em geral são englobadas sob a denominação de protestantismo histórico. Quanto ao Movimento pentecostal há dúvidas quanto à legitimidade de sua classificação como uma forma eclesiológica protestante. Porém, dada a sua importância no espectro religioso brasileiro e seu inegável parentesco com determinadas expressões do Protestantismo de Missão não temos como não considerá-lo como parte da grande família do protestantismo brasileiro.

Dados os limites deste texto não nos ocuparemos com a descrição detalhada dos aspectos identitários característicos destes três segmentos básicos que estão na origem do pluralismo protestante que hoje gravita com intensidade no interior do campo religioso brasileiro.

A imigração teuto-protestante...

O Protestantismo de Imigração, principalmente nas primeiras décadas de sua implantação, caracterizou-se como uma forma de religião étnica, sendo transplantado como parte da cultura do imigrante europeu. Este imigrante aqui chegou como resultado do projeto liberal do Império de importar mão-de-

William Seewald

obra européia para fazer frente ao esgotamento do modelo escravagista e, ao mesmo tempo, garantir a hegemonia branca por meio do embranquecimento ou, como então se dizia, promover o "aprimoramento da raça".

Enquanto as colônias de imigrantes alemães, principalmente no sul do País e no Espírito Santo, se mantiveram culturalmente isoladas num entorno caracteristicamente rural, esse tipo de protestantismo foi capaz de resistir à cultura dominante durante décadas consolidando um *ethos* religioso profundamente referido aos elementos característicos da Reforma Luterana.

A transformação econômica e sociopolítica da sociedade brasileira a partir de meados do século XX, com o intenso processo de urbanização que gerou, enfraqueceu os traços culturais que ancoravam este tipo de protestantismo expondo-o às influências da cultura dominante. Numericamente hegemônico no interior do protestantismo histórico o luteranismo vê-se hoje sujeito às mesmas influências que assediam as diferentes famílias do Protestantismo de Missão.

O Protestantismo de Missão, caracteristicamente, não foi capaz de perceber a natureza peculiar e própria da formação sociocultural brasileira que a distinguia da sua congênere norte-americana

A invasão anglo-protestante...

O Protestantismo de Missão chega ao Brasil como parte do projeto expansionista das nações norte-atlânticas, especialmente os Estados Unidos. Apesar da roupagem pietista que concentra a relação como transcendente numa experiência místico-subjetiva o Protestantismo de Missão aqui chegou nas asas do liberalismo já consolidado em sua sociedade de origem, apresentando-se como um desafio à sociedade brasileira, então escravagista, aristocrática e conservadora. Seu conteúdo teológico, embora caudatário das principais formulações da Reforma do século XVI, hipertrofiou a dimensão pessoal da salvação legitimando, com isso, o individualismo característico do liberalismo.

Dadas as características quase feudais da sociedade brasileira, quando não havia espaço para o exercício mínimo da cidadania, o Protestantismo de Missão funciona, a princípio, como um elemento de ruptura e transformação social ao fazer coincidir seu discurso teológico anti-católico com as premissas básicas do modelo liberal de sociedade, antagônico, portanto, à estrutura sociopolítica e econômica do País.

Ao transformar católicos romanos em protestantes este tipo de protestantismo estava, aparentemente, lançando as bases para a formação de um novo tipo de cidadão: moderno, burguês, liberal; responsável por si mesmo e pela construção de uma nova sociedade. A ênfase na educação e na erradicação do analfabetismo, por si só, já demonstrava os alcances da nova proposta eclesiológica emergente no País a partir da segunda metade do século XIX.

Tratava-se, entretanto, de um projeto contraditório e de curta duração. Bastou que a sociedade brasileira se integrasse ao processo de modernização do Ocidente, para que as carências deste projeto se tornassem evidentes.

Preso a uma concepção ingênua de sociedade, que não levava em conta as interações entre os grupos sociais e as gritantes contradições de classe, o Protestantismo de Missão, caracteristicamente, não foi capaz de perceber a natureza peculiar e própria da formação sociocultural brasileira que a distinguia da sua congênere norte-americana. O ideal societário proclamado por meio de sua mensagem teológico-doutrinária não encontrou ressonância suficiente que lhe proporcionasse o desempenho de um papel transformador significativo no âmbito sociocultural e político nacional. Contribuiu

para isto, e muito, sua incapacidade de inculturação, revelada no rechaço de tudo aquilo que constituía, na realidade, o *ethos* característico da cultura brasileira. Razão por que as igrejas do Protestantismo de Missão se caracterizaram, por décadas, como espaços deculturizadores de frações descontentes e frustradas dos setores médios da sociedade em função de sua impotência social e política. Acrescente-se a isto que a proposta eclesiológica, com seu concomitante projeto sociopolítico, dado o seu rigorismo ético-moralista, pouco a pouco começará a perder sua capacidade de produção de sentido para os setores médios aos quais o Protestantismo de Missão, preferencialmente, se dirigia, na medida em que o País ingressava no processo de modernização do mundo ocidental, especialmente a partir dos anos de 1930.

Incapaz de perceber as mudanças que começaram a sacudir e transformar a sociedade brasileira o Protestantismo de Missão acaba por congelar sua visão de mundo e sua mensagem religiosa perdendo assim seus interlocutores preferenciais, anquilosando-se e se transformando numa subcultura de refúgio para segmentos dos setores populares ávidos de ascensão social, porém objetivamente incapacitados de alcançá-la.

Entretanto nem tudo foi perdido nesse processo de transplante e inserção do protestantismo histórico na realidade sociocultural brasileira. Os ideais democráticos e a ênfase na cidadania responsável geraram alguns resultados positivos que precisam ser resgatados. É verdade que em proporção bem menor do que se esperava, mas que deixaram sua marca no processo de construção da consciência de cidadania no interior da sociedade brasileira.

Podemos arriscar dizer que a religiosidade pentecostal hoje, deitada no "berço esplêndido" da religiosidade tradicional brasileira, acabou por nacionalizar definitivamente o que restou do protestantismo em seu choque com a cultura brasileira.

O Movimento Pentecostal: um sincretismo tropical?...

Antonio G. de Mendonça trabalhando com os conceitos de "situação-limite" e "reserva religiosa" de P. Tillich, em sua análise da gravitação histórica do protestantismo lembra que, para este autor, o protestantismo "ao se ajustar constantemente à cultura e assumir com ela perigosos compromissos... só pode sobreviver graças à sua 'reserva religiosa' dinamizadora nas 'situações-limite'". Para Mendonça "a mensagem dos missionários protestantes pode ser vista como a 'reserva religiosa' do protestantismo brasileiro em meio ao canhoneio das correntes científicas, filosóficas e sociológicas que compunham o liberalismo do século XIX. Essa 'reserva religiosa' encontrou um receptor em 'situação-limite', quer dizer, um estrato da população brasileira sem rumo e sem horizonte, à margem das leis e da sociedade. Aí ela, a mensagem, caiu bem. Mas, a 'reserva religiosa' inicial enrijeceu-se e ideologizou-se no fundamentalismo e invadiu o protestantismo brasileiro e, este, por sua vez, superando suas condições sociais iniciais de 'situação limite' descansou no conforto da pequena burguesia urbana." Segundo ainda o autor, o protestantismo histórico não foi capaz de sustentar sua "reserva religiosa" e perceber as novas "situações-limite" que se criavam com o incremento da urbanização, quando a população se concentrava nas cidades e anelava por propostas plausíveis de organização e reestruturação simbólica que a mística e a espiritualidade lhes podiam oferecer.

Foi o Movimento Pentecostal, presente na sociedade brasileira desde a segunda década do século, que assumiu essa "reserva religiosa" na medida em que integrou em sua mensagem salvacionista, escoimada do enrijecido racionalismo do protestantismo histórico, os conteúdos simbólicos, místicos e mágicos daquilo que J. Bittencourt Filho denominou de "matriz religiosa brasileira".

Desenvolvendo-se nos grandes aglomerados urbanos em meio às massas de trabalhadores (i)migrantes, as igrejas do Movimento Pentecostal conheceram acelerado crescimento numérico a partir da década de 1950 complexificando-se, desde então, numa teia de formas organizacionais as mais distintas. Aí se combinaram a herança do milenismo messiânico oriundo da espiritualidade do protestantismo histórico e o substrato religioso da cultura brasileira, também eivado do milenismo subjacente ao catolicismo popular, num encontro feliz, ainda mais que regado com o, a princípio, admirado, mas nem sempre desejado, rigorismo moralista do Protestantismo de Missão, hoje a caminho de sair de cena, especialmente nas formações eclesiológicas recentes do Movimento Pentecostal.

Na segunda metade do século XX vamos observar o Movimento Pentecostal avançando com ímpeto no interior de uma sociedade brasileira em

PENTECOSTAIS CRESCEM 7% AO ANO, DIZ REVISTA

SÃO PAULO – Contados os votos do pleito municipal, realizado no dia 1º de outubro nos mais de cinco mil municípios brasileiros, jornais e revistas fazem balanço e análise dos resultados. Os evangélicos, que já despontavam na política e foram atores de peso na Constitiuinte, firmaram posições e conquistaram cadeiras nas Câmaras municipais.

No Rio de Janeiro, a Igreja Universal do Reino de Deus elegeu seis vereadores, formando a segunda maior bancada da Câmara municipal. Em São Paulo, dos 55 vereadores eleitos, 11 são evangélicos e quatro pertencem à Universal.

Das evangélicas, a igreja fundada pelo bispo Edir Macedo é que melhor tem definida uma estratégia política. O bispo Carlos Rodrigues, convertido à Universal pelas mãos do próprio Macedo, é o líder da bancada evangélica no Congresso Nacional. A frente parlamentar evangélica está constituída por 55 deputados, de 13 igrejas. Rodrigues, eleito pelo Partido Liberal, do Rio, espera apenas a reforma político-partidária para lançar o primeiro partido evangélico do País.

"A expansão evangélica" é capa da revista *Época* desta semana. Em seis páginas, as repórteres Cilene Guedes e Daniela Mendes contam que, no maior país católico do mundo, os evangélicos chegam a criar cinco igrejas por semana só no Estado do Rio conforme levantamento do Instituto de Estudos da Religião (ISER). A população de evangélicos no país é estimada em 22 milhões de fiéis.

De acordo com *Época*, o pentecostalismo cresce a um ritmo de 7% ao ano no Brasil. Rádio e televisão são ferramentas importantíssimas na evangelização em massa. Atualmente, estão no ar 18 programas, em diversos horários, com testemunhos, evocações, exorcismos e conversões. Na região metropolitana do Rio, 56% dos convertidos foram influenciados pela pregação pública.

Matéria em outra revista de circulação nacional, a *Veja*, mostra o crescimento vertiginoso de igreja fenômeno no ramo neopentecostal, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1992. Hoje, a Sara Nossa Terra conta com 100 mil fiéis e perto de 300 templos espalhados pelo Brasil, Portugal, Paraguai, Bolívia e Estados Unidos. Ela é detentora de um canal de TV por assinatura, uma revista e um jornal.

Conforme a *Veja*, 45% de seus fiéis pertencem à classe média, perfil totalmente diferenciado de outras igrejas do pentecostalismo e do neopentecostalismo. A revista *Época* destaca que o pentecostalismo aloja-se nas camadas menos favorecidas da população: 11% são analfabetos, 33% recebem até dois salários mínimos, 11% são negros.

Pesquisa da socióloga Maria das Dores Campos Machado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, constata, curiosamente, que 75% dos fiéis da Igreja Universal são mulheres. "Lá elas são estimuladas a trabalhar para ajudar no orçamento doméstico, ouvem promessas de cura de maridos violentos e beberrões, e ninguém lhes diz que interromper uma gravidez indesejada é pecado", disse a pesquisadora para a *Época*.

O crescimento evangélico também ramifica-se através de associações e organismos.

Existem cerca de 700 grupos da Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno espalhados pelo território nacional. PMs (Policiais Militares) de Cristo estão organizados no Rio, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas.

Atletas de Cristo têm sete mil filiados. Mais de 300 clínicas evangélicas oferecem apoio e tratamento a pessoas dependentes de drogas. No Carandiru, em São Paulo, maior presídio da América Latina, 260 voluntários, de 30 denominações, buscam a conversão dos sete mil presidiários.

Agência Latino-Americana e Caribenha de Comunicação, 6/10/2000

processo de desenvolvimento socioeconômico desigual e perverso que privilegia as velhas estruturas de poder econômico e político ao mesmo tempo em que sacrifica, pela exclusão econômica e a marginalização política a grande maioria da população do País. Exposta a uma luta desigual e cruel pela sobrevivência, esta população se vê tangida para os centros urbanos em busca de trabalho e assim tolhida num processo de urbanização caótico e desumano. É entre essa população em permanente aflição, desgarrada de seus valores mais caros que a mensagem pentecostal deita raízes oferecendo toda a sorte de lenitivos para o sofrimento e estruturas de sentido para os desorientados mas sem atentar, no entanto, para as causas reais que produzem continuadamente o mal-estar social que caracteriza a sociedade em geral.

Por outro lado essa mensagem, em sua interação com a cultura dos segmentos por ela atingidos entrou num processo de adaptação e transformação permanente que, pouco a pouco, foi-lhe escoimando todos aqueles elementos de difícil ou impossível adaptação. Com isso podemos arriscar dizer que a religiosidade pentecostal hoje, deitada no "berço esplêndido" da religiosidade tradicional brasileira, acabou por nacionalizar definitivamente o que restou do protestantismo em seu choque com a cultura brasileira. Os sinais desse intercâmbio simbólico são visíveis em quase todas as dimensões da vivência sociocultural dos brasileiros, ao ponto de manifestações típicas de afirmação de adesão religiosa, antes quase que privativas da linguagem auto-afirmativa de 'protestantes', passarem a fazer parte, com naturalidade de letras de samba.

Zwinglio M. Dias, teólogo, professor do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e integrante da equipe de KOINONIA.

Ações do executivo

Luiz Felippe de Oliveira Penna

Mais importância e mais competência foram atribuídas aos municípios pela Constituição de 1988 sem contudo se fazer na prática a transferência necessária de recursos, o que tem causado insatisfação popular. Na ordem do dia acha-se o imperativo de alteração constitucional

A Constituição de 1988 modificou profundamente a posição dos municípios na Federação porque os considera componentes da estrutura federativa, e declara que a República Federativa do Brasil é formada pela União indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal. Estatui ainda que a organização político-administrativa compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos. Passaram estes a um papel de maior importância na prestação de serviços de interesse local como também de serviços sociais de âmbito regional para os de maior porte demográfico.

O texto constitucional aprovado fortaleceu financeiramente os municípios por meio do aumento de capacidade tributária deles e, mais ainda, pelo aumento da participação deles nas transferências constitucionais. Passaram a receber 25% da arrecadação do ICMS (antes eram 20%) e assistiram ao Fundo de Participação dos Municípios aumentar de 17% para 20% em outubro de 1988 e mais 0,5% cada ano até 22,5% em 1993. Quanto aos tributos ganharam o Imposto sobre a Venda e o Varejo dos Combustíveis, extinto em 1993, e o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis *inter vivos* que deixou de ser partilhado com os estados, embora perdessem a participação no Imposto de Transmissão *mortis causa*. À nova capacidade de auto-organização estabelecida pela Constituição com a criação das Leis Orgânicas dos Municípios, somou-se o claro ganho financeiro destes com a redução dos recursos à disposição da União e dos estados, que se mobilizaram para reduzir na prática as inegáveis conquistas da Constituição de 1988 e reivindicadas há muito pelos municipalistas clássicos como Hely Lopes Meirelles e Lordelo de Melo.

Analisando a evolução da arrecadação tributária das três esferas de governo, entre 1989 e 1998 José Roberto R. Afonso, na Revista do BNDES, vol. 5, n. 10, observa que enquanto a massa de recursos tributários arrecadados pelas três esferas cresceu 51,3%, passando de 182 bilhões de reais em 1989 para 275 bilhões em 1998, os municípios cresceram 199,6% passando de 4,891 bilhões para 14,652 bilhões, e de 2,7% do total para 5,3% em 1998 enquanto a União e os estados conservaram a mesma participação relativa de 68,8% e 28,5% respectivamente, no período considerado.

Apesar deste desempenho arrecadador e do aumento de participação dos municípios no chamado 'bolo' tributário, os resultados finais demonstram a grande dependência financeira dos municípios diante das demais esferas de governo. Em 1995, segundo dados da Secretaria do Tesouro, do Ministério da Fazenda, a proporção de municípios com *deficit* fiscal era de 82% e em 1998, 55,5%, uma proporção ainda muito grande, sendo que os maiores municípios, com mais de cinco milhões de habitantes, permanece-

esvaziam constituição

ram com essa proporção praticamente inalterada, ou seja, com 50% deles deficitários. O que houve de fato foi o aumento considerável das competências municipais sem a correspondente transferência de recursos.

Foram criadas novas contribuições como a CPMF e aumento de alíquotas das existentes já que não seriam compartilhadas. Houve uma farta renúncia fiscal por meio de atos do poder executivo federal que extinguiram o IPI e admitiram outras isenções no Imposto de Renda o que acabou reduzindo o Fundo de Participação dos Municípios em cerca de 30%. A desoneração de ICMS das operações de exportação para produtos semi-elaborados e agrícolas que representam 25% do imposto cobrado pelos estados, a Lei Complementar 887/99 (Lei Kandir) reduziu ainda mais as transferências, sendo que no caso do estado de São Paulo, segundo dados da Secretaria Estadual da Fazenda, foram reduzidas em 250 milhões de reais!

Se isso não fosse suficiente, houve apropriação importante de recursos com a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), transmudado em Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), visando a contingenciar os recursos orçamentários aprovados pelo Congresso, e o novo Desvinculação de Recursos da União (DRU) da mesma natureza. A sobrecarga das tarefas que recaiu sobre os municípios sem as correspondentes transferências, evidenciado pelos *deficits* fiscais acabou causando uma profunda insatisfação popular pelo não atendimento das suas necessidades.

Os cidadão não fazem distinção de qual esfera de governo é competente. Vêem os prefeitos como responsáveis pelo andamento de todos os serviços públicos usufruídos e a serem usufruídos. Se a Constituição de 1988 deu um novo *status* aos municípios, com a garantia de autonomia financeira e de auto-organização, como puderam as coisas se passar como se passaram de modo que após doze anos as conquistas obtidas — após uma movimentação político-institucional e popular inédita no Brasil — foram eliminadas ou anuladas? Trata-se de uma questão institucional e constitucional de natureza diferente. Não que a União por proposta do executivo federal não pudesse criar novas contribuições ou aumentar alíquotas das existentes não compartilhadas pelos municípios. Não que as operações de exportação não pudessem ser desoneradas de ICMS para evitar a 'exportação' de impostos, não existente na maioria dos países e prejudicial ao Brasil.

Tais atos do executivo da União, apoiados pelos chefes dos executivos estaduais, constituíram-se num movimento político-institucional de envergadura visando a manutenção do *status quo,* de predominância dos executivos, que a imaginação popular e a tradição histórica ibérica, há muito abandonada nos países de origem, desejam fortes e poderosos. Apesar disso, o caso do FSE, FEF e do novo DRU pelos quais o executivo da União se apropria de importantes recursos dos municípios, mostra inequivocamente o confuso sistema de relação entre os poderes em matéria fiscal e tributária, bem como de execução orçamentária, que conferem aos poderes executivos iniciativa e competência para propor aumentos de alíquotas e criação de novos impostos, causando indesejada instabilidade no chamado pacto federativo, como ocorreu de 1988 até agora nas relações entre os municípios e as duas outras esferas de poder.

Na verdade, o conceito de 'cidadania' é ainda um conceito revolucionário entre nós, como o era no período da Revolução Francesa ou o de 'camarada' na Revolução Socialista de 1917. Será necessário dar-lhe plena força e vigor e, para isso, uma alteração constitucional está na ordem do dia. A insatisfação popular que responsabiliza os executivos municipais se reflete no âmbito do legislativo, insatisfeito com o fato de que os orçamentos são apenas autorizativos, ou, mais precisamente, as despesas constantes das leis orçamentárias não são impositivas, ficando sujeitas à discrição dos chefes dos poderes executivos.

Para atender aos reclamos da população, às exigências da cidadania e às preocupações dos parlamentares, há uma proposta de alteração da forma de funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de autoria do presidente

do Senado, senador Antônio Carlos Magalhães, semelhante ao sistema atualmente adotado em Portugal, que dá ao Congresso poderes para fazer cumprir a lei orçamentária.

Outra proposta também discutida no Congresso, exeqüível igualmente, é a clássica proposta baseada no princípio estrito de que *não pode haver taxação sem representação*, isto é, de que a competência exclusiva para apresentar leis de natureza fiscal e tributária, criando novos impostos ou aumentando alíquotas, é do Congresso com iniciativa de uma ou das duas casas legislativas. Pelo fato de que tal proposta elimina a discrição nos dois poderes, é sem dúvida a melhor. Se tivesse sido adotada em 1988, não teríamos ficado na situação atual, em que a tendência para municipalizar os serviços públicos, desejada pelos cidadãos conscientes, fosse, como é, letra morta.

> A sobrecarga das tarefas que recaiu sobre os municípios sem as correspondentes transferências, acabou causando uma profunda insatisfação popular pelo não atendimento das suas necessidades

Luiz Felippe de Oliveira Penna, advogado e Mestre em Administração Pública pela Universidade de Harvard

Internet muda relações na política norte-americana

As eleições norte-americanas já receberam críticas e comentários mordazes de todos. Foi impossível controlar pelo menos uma ponta de sarcasmo diante da espera de semanas para saber quem seria o ocupante do que eles gostam de intitular "o cargo mais poderoso do mundo".

Mas antes deste fiasco a eleição nos Estados Unidos foi alvo das atenções de duas pesquisadoras por motivos diferentes:

Cecília Cordeiro e Andrea Kobilsky investigaram o uso dos meios eletrônicos na campanha e afirmam, em tom humorístico, que ela leva o nome de "www" e apelido é "com".

O notável desenvolvimento da Internet nos Estados Unidos está produzindo mudanças, impensáveis há alguns anos, na forma de fazer política e na comunicação entre políticos e cidadãos, arrolam.

De acordo com a revista *Wired*, contam, os cidadãos norte-americanos conectados à rede eram a exceção no final de 1997. Pesquisa realizada em fevereiro passado mostra que agora 77% da população estão conectados à rede. Isso inclui a Internet, telefones celulares, computadores e fax. Os "cidadãos digitais", como são denominados, estão mais bem informados e tendem a acreditar mais na democracia e no poder do voto.

Dois exemplos do último processo das primárias à presidência são indicativos. Os primeiros escrutínios *on line* organizados pelo Partido Democrata em Arizona, no início de março, registraram 35 mil votos pela rede, mais do dobro dos 12 mil registrados nas primárias presidenciais de 1996 no Estado.

O segundo exemplo: a soma recorde de dinheiro que a campanha do pré-candidato republicano John McCain arrecadou, e o número de cidadãos que se integrou como colaborador voluntário. Foram coletados 6,4 milhões de dólares pela rede e recrutadas 142 mil pessoas para cooperar voluntariamente na campanha.

Os dois casos, e outros mais recentes, como a cobertura das convenções nacionais republicana e democrata, ou a súbita explosão de *sites* de ataque contra Gore e Bush, mostram que a classe política enfrenta um desafio interessante: não se trata simplesmente de adaptar a oferta política à nova tecnologia, mas será preciso repensá-la.

A análise demonstra que a comunicação entre cidadãos e os governantes eleitos cresceu de forma significativa. Segundo recente pesquisa, 12% dos norte-americanos — cerca de 14,4 milhões de pessoas — usaram a Internet no último ano para comunicar-se com um integrante do governo.

Esse mesmo meio foi usado por 7% dos norte-americanos para pedir mudanças no governo e 2,4 milhões de norte-americanos enviaram pelo menos uma mensagem por correio eletrônico a algum representante do governo.

A novidade na comunicação *on line* entre governantes e cidadãos é que ela depende desses para dar o passo inicial ao diálogo. A interatividade que a Internet permite oferece benefícios tão atrativos ao usuário que consegue gerar interesses e participação do cidadãos em temas que, embora antes também o afetavam, agora o mobilizam.

Já na Argentina, arrolam as pesquisadoras, o uso da Internet por organismos públicos e os políticos ainda é incipiente. Conforme a empresa FNC, a maioria dos legisladores ainda não faz uso do correio eletrônico como canal de comunicação com os eleitores. Isso reflete o baixo número de cidadãos conectados, estimado em dezembro de 1999 em 1,2 milhão de pessoas — 3% da população.

A rede cresceu, no entanto, 58% nos últimos 13 meses e o número de conectados aumenta 4% ao mês. A Internet pode vir a ser uma ferramenta necessária e indispensável para o político ou o homem de negócios na Argentina.

O rádio criou, em escala de massa, uma aparente relação de intimidade entre os ouvintes e a classe política. A televisão introduziu a imagem, décadas depois, acentuando o vínculo. O estímulo, no entanto, continuou sendo unidirecional. A Internet inaugura uma comunicação de duas vias, permitindo que o diálogo entre representantes e representados seja permanente.

A democracia será, de fato, ".com", enfatizam as pesquisadoras.

Fonte: Serviço de notícias em português da Agência Latino-Americana e Caribenha de Comunicação – ALC, outubro de 2000.

RUBEM ALVES

Duas estórias de Natal

Por causa da palavra 'estória' já tive várias querelas com revisores. Eles, instruídos pelos gramáticos, não aceitam a palavra 'estória' e a corrigem para 'história'. Ignoram que os gramáticos sabem tanto sobre a língua quanto os anatomistas sabem sobre a arte de fazer amor. Não conheço gramático que tenha sido escritor. Certamente não leram Guimarães Rosa que declara que *a estória não quer transformar-se em história*. 'História' é aquilo que aconteceu uma vez e não acontece nunca mais. 'Estória' é aquilo que não aconteceu nunca porque acontece sempre. A 'história' pertence ao tempo; é ciência. A 'estória' pertence à eternidade; é magia. Quem sabe a 'história' fica do mesmo jeito. Quem ouve uma 'estória' pode ficar outro.

O Natal é tempo de se contar estórias. É tempo de ficar outro. Vou contar duas estórias: uma velha e outra nova.

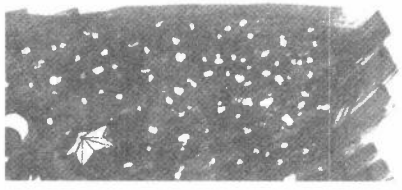
Primeira estória: "... e saíram eles, pelas solidões dos desertos, montados em seus camelos, atraídos pela luz de uma estrela..." Dizem que eram reis. Não eram. Um rei que abandonasse o reino e saísse a andar pelos caminhos do mundo seguindo a luz de uma estrela seria deposto pelos generais: havia enlouquecido. Não, não eram reis. As Sagradas Escrituras dizem que eram magos. O dicionário Webster me informou que 'mago' designava, originalmente, alguém *pertencente a uma casta de pessoas educadas e eruditas na antiga Pérsia*. Alguém que vivia para estudar, para saber. Próximo a um filósofo. Os magos desta estória consultavam os astros no céu para compreender o caminho dos homens na terra. Eram astrólogos. Para a astrologia os céus são um espelho onde os mistérios da terra aparecem resolvidos.

Pois esses magos, examinando os céus, descobriram uma estrela brilhante como nenhuma

César Lapa

outra. Ficaram fascinados com o brilho. E essa estrela lhes contou que ela, desde tempos imemoriais, estava procurando a mesma coisa que eles procuravam. Seus raios haviam varrido o universo desde o início até o fim, na busca daquilo que dá sentido ao existir. Inutilmente. Mas, de repente, quando seus raios acidentalmente incidiram sobre esse planeta insignificante chamado Terra, encontraram um brilho que não haviam encontrado em lugar algum. Ela compreendeu, então que aquilo que ela havia procurado nos céus não se encontrava nos céus, entre as estrelas. Se encontrava na Terra. A estrela disse então aos magos que deixassem de olhar para ela. Que olhassem antes para o lugar, na Terra, que a sua luz iluminava.

Foi assim que a sua longa jornada começou, seguindo o caminho que a luz da estrela indicava. E ao final de longa peregrinação chegaram ao lugar procurado. Banhado pela suave luz azul da estrela, em meio a vacas, jumentos e palha, se encontrava um nenezinho. Eles, então, foram iluminados. Não pela luz da estrela. Mas pela luz da criança. Perceberam que sua busca havia chegado ao fim. Aquilo que os adultos esqueceram e que a sabedoria busca — as crianças sabem. Ser sábio é ser criança. O universo é um berço onde dorme uma criança. E desde aquele dia eles deixaram de olhar para as estrelas e passaram a olhar para as crianças.



Segunda estória: "... e saíram eles pelas solidões dos céus, em suas naves espaciais atraídos pela música de um astro..."

Sim, não fora a luz de Júpiter que os atraíra. Fora a música estranha que vinha de lá — como um canto de sereias que não se pode resistir. E eles até então haviam se pensado como viajantes solitários, num universo desértico! *2001 – Odisséia no Espaço*, este é o nome do filme. Está nas locadoras. " Odisséia" é a estória de Odisseu, herói da guerra de Tróia, navegando pelos mares de volta ao lar. "Odisséia no espaço": o lar ainda não foi encontrado. Restam os espaços sem fim. E a viagem continua, enquanto o lar não se encontra... Três quartos do filme são aventuras, em meio aos assombros e banalidades do mundo tecnológico. Mas a viagem, após milhões de quilômetros, vai chegando ao fim. Júpiter, o destino, se aproxima. Repentinamente, um corte. A tela se transforma num torvelinho de cores e a nave mergulha num mundo psicodélico de imagens fantásticas, confusas, sem sentido, enauseantes. De repente, magicamente, o astronauta chega ao seu destino.

Ele se descobre dentro de uma casa. A atmosfera é esverdeada. Cessa a música. O silêncio é absoluto. Apenas a respiração do astronauta. A viseira cobre a tela inteira. Eu, espectador, vejo a cena com os olhos do astronauta. É uma sala de refeições comum. Ao fundo um homem assentado toma o seu café da manhã. Ouve-se o barulho dos talheres batendo na louça. Ao lado da mesa, um copo de cristal, cheio de água. O homem, sentindo-se observado volta-se vagarosamente e olha com um olhar tranqüilo para o rosto do astronauta, para o meu rosto. O seu rosto é familiar. É o rosto do astronauta! Só que muito mais velho. Então foi isso — viajou milhões de quilômetros para chegar à sua própria casa? Compreendeu, então, a frase de Eliot: *Ao fim de nossas longas explorações chegaremos finalmente ao lugar de onde partimos e o conheceremos então pela primeira vez...*

Um movimento brusco — o braço esbarra no copo, o copo cai e se parte em mil pedaços... "antes que se quebre a taça de ouro...": ninguém disse, não está escrito em lugar algum. Mas eu me lembrei: está no Livro Sagrado. É a morte. De novo um corte. A cena agora é um quarto. O mesmo homem, agora velho, velhíssimo, um rosto coberto de rugas: está morrendo, agoniza numa cama, olhos muito abertos, fixos no teto do quarto. Mas o teto se abre e aparece então, para seus olhos morrentes, um maravilhoso céu estrelado, milhões de estrelas e galáxias brilhantes. E, entre elas, flutuante, um feto, olhos enormes, maravilhados, olhos que só as crianças têm. Ninguém disse, não está escrito em lugar algum. Mas eu me lembrei: está escrito no Livro Sagrado: *É necessário nascer de novo. Em verdade vos digo que se não voltardes a ser crianças jamais vereis o sentido da vida.*

Duas estórias. Para serem contadas no Natal. Uma antiga, outra nova. Tão diferentes e tão iguais. As duas dizem a mesma coisa.

ESCOLHA AQUI SEU LIVRO

☐ ***Dívida Externa e Igrejas. Uma visão ecumênica***
Vários autores. 268 p.

☐ ***Escravos da desigualdade. Um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje***. Neide Esterci. 136 p.

☐ ***Nordeste, Estado e sindicalismo***
Regina Reyes Novaes. 104 p.

☐ ***A Teologia se fez terra.*** Alfredo F. Medina (org.) 118 p.

☐ ***Experiência da fé. Variações sobre o homem na Bíblia.*** Julio Barreiro. 172 p.

☐ ***Pão, vinho e amizade.*** Julio de Santa Ana. 146 p.

☐ ***O drama da conversão. Análise da ficção batista***
Elter Dias Maciel. 102 p.

☐ ***Evangelização no Brasil de hoje.*** Günter Barth. 86 p.

☐ ***Sonho ecumênico: prefácio ao novo milênio.*** Claudio Ribeiro e outros (org.). 240 p.

UM PRESENTE DE NATAL DE KOINONIA!

Neste Natal de 2000, KOINONIA oferece um grande presente a(o)s leitore(a)s de suas publicações: pacotes especiais de assinaturas anuais para sua própria renovação ou para oferecimento como presente de Natal.
Afinal, idéias e reflexões são um grande presente – consistente e duradouro!
Um presente de KOINONIA para você, seus amigo(a)s e parentes...

Promoção para assinantes

1. Ofereça uma assinatura anual de TEMPO E PRESENÇA a um(a) amigo(a) ou renove sua assinatura por mais um ano e ganhe 1 livro à sua escolha
2. Ofereça uma assinatura anual de TEMPO E PRESENÇA a dois amigo(a)s ou dê uma assinatura de presente e renove sua assinatura e ganhe 2 livros à sua escolha

Promoção para novos assinantes

1. Assine TEMPO E PRESENÇA por um ano e ganhe 1 livro à sua escolha
2. Assine TEMPO E PRESENÇA por um ano e ofereça uma assinatura anual a um amigo(a) e ganhe 2 livros à sua escolha

Promoção especial

1. Faça três assinaturas de TEMPO E PRESENÇA por um ano (presentes ou renovações) e ganhe o lançamento mais recente de KOINONIA, o livro *Narcotráfico e violência no campo.* Jorge Atílio Iulianelli e Ana Maria Motta Ribeiro (org.). 288 p.

FORMAS DE PAGAMENTO

Valor unitário por assinatura: R$ 18,00

Cheque nominal a KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO
Depósito no BRADESCO conta 15245-5/ agência 1745-0 (remeter cópia do recibo por carta ou fax).
Vale postal (remeter cópia do recibo por carta ou fax).
Cartão de crédito VISA

Autorizo o débito no cartão nº _____

de R$ _____ validade _____

Para sua segurança, em caso de pagamentos com cheque ou remessa de cópia de recibo, coloque num envelope e envie diretamente para KOINONIA no endereço abaixo.

_____ _____ / / _____

Assinatura Data

CUPOM DE ASSINATURA DE TEMPO E PRESENÇA
Promoção Natal 2000

☐ PROMOÇÃO ASSINANTES ☐ PROMOÇÃO NOVOS ASSINANTES ☐ PROMOÇÃO ESPECIAL

NOME

ENDEREÇO

BAIRRO

CIDADE

CEP ESTADO

PROFISSÃO NASCIMENTO

DDD TEL FAX

E-MAIL

ESTOU APRESENTANDO AMIGO(A)S.

VALOR TOTAL DA PROMOÇÃO R$

Amigo(a) 1

NOME

ENDEREÇO:

CEP TEL

Amigo(a) 2

NOME

ENDEREÇO

CEP TEL

Amigo(a) 3

NOME

brava gente brasileira
"Uma nação criada por um pássaro para andar a guerrear pelo mundo."
Um filme de
Lúcia Murat
Com
Diogo Infante
Floriano Peixoto
Luciana Rigueira
Leonardo Villar
Buza Ferraz
Murilo Grossi
Participação Especial
Sérgio Mamberti
Uma maneira terna de filmar, evocando um Brasil ainda virgem, mas selvagem e violento.
Luiz Zanin Oricchio, O Estado de São Paulo
Um belo antiépico. É um programa obrigatório.
José Geraldo Couto, Folha de São Paulo
Uma tragédia comovente, brilhantemente executada.
Tom Lyons, Eye Weelkly, Toronto, Canadá
Uma obra verdadeiramente tensa e audaciosa.
Ramiro Puerta, Toronto Film Festival, Canadá
banespa
BNDES
Pólo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal
IBERMEDIA
DISTRIBUIÇÃO
PREFEITURA RIOFILME
BREVE NOS CINEMAS
www.bravagentebrasileira.com.br
Apoio da Comercialização

ATÉ FICAREM EMBRIAGADOS DE AMOR

Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra, um novo mar e nesse dia os oprimidos numa só voz a liberdade irão cantar.
(Canção de Vera Lúcia Nascimento)

Natal... e ainda está nascendo. Ainda vai chegar.

É preciso ser expectante e não falar de um ridículo aniversário que serve para lembrar o que passou, aconteceu.

Basta de foguetórios e de comes-e-bebes, finalidades em si; quando acabam, tudo acaba. Quem se volta para festejar passados vira passado.

Sejamos eternos expectantes. Natal é utopia (não-lugar). Está sempre à frente. Natal nem se festeja, celebra-se. Utopia é celebrar, converte-nos a olhar o que está vindo.

O espoucar dos fogos e das garrafas que se abrem borbulhantes, ferventes de alegria é para esperar chegar o novo dia, prelúdio chopiniano de novos dias.

Natal é a utopia permanente. Não é 'onde', nem 'para onde'.

Natal, a celebração dos expectantes é sempre 'aonde'. Possui toda a carga inicial do *in posse*.

Martha Braga

Quando alguém faz festa porque nasceu, sem saber, paradoxalmente ou inadvertidamente festeja o 'está-para-morrer'. Alguém disse: "cada ano de vida nunca é mais, é sempre menos".

Natal é mais, "celebrai com júbilo", que é sempre mais. É a contradição, porque os que celebram o Natal, permanente utopia, hoje têm vinte, amanhã terão sessenta e depois... saem do meio de nós, rito que repetiremos sempre. E aí? Acontece que nós não somos apenas nós, somos os outros: seja filhos, seja todos aqueles que são um conosco. Ao constrangimento de ficarmos sós fugimos pelo serviço, pelo enfrentamento com outros e acabamos por eternizar-nos nos outros: filhos, amigos, companheiros, espaços jamais vazios.

Natal é partilha, dança do "irá chegar", beijos, abraços que têm sentido somente quando olhamos para a frente e percebemos os outros.

Natal não é história, é estória (leia o Rubem), "pertence à eternidade". Isso está imbricado em "...se fez carne e veio habitar no meio de nós" para ver-nos (já nos vira), para falar a nós e nos escutar, para completar-se divino-humano à mesa conosco — celebração.

A palavra grega para comunhão tem coadjuvantes sinônimas: participação, cumplicidade. A celebração vira festa de loucos e inconfidentes, coparticipantes e mancomunados com o advento (vai nascer) de "um novo céu, uma nova terra, um novo mar".

O não-lugar (utopia) é Natal por causa de toda essa cumplicidade na qual nos movemos nós de KOINONIA e se movem tantos outros, noutras instituições irmãs que se infiltram, cúmplices, com o fito de 'natalizar' a vida mixuruca, globalizada, sangrentá, mal-cheirosa que nos estão impondo. Somente nos chamamos KOINONIA para gritar que não estamos sós, pertencemos todos à grande "comunhão dos disseminados", que nos fazemos de 'proscritos' a fim de sermos, todos juntos, inscritos entre os "oprimidos (que) numa só voz a liberdade irão cantar" (celebrar).

Aos milhares de companheiros-cúmplices de tantas outras instituições, neste País e na *Oikoumene*, oferecemos o refrão do *Cântico dos Cânticos* (5.16)

Vocês que se amam
Comam e bebam
Até ficarem embriagados de amor...
...neste Natal e sempre. AMÉM